



PLANO MUSEOLÓGICO



EQUIPE DE TRABALHO – FICHA TÉCNICA

A equipe de trabalho escolhida é composta por membros de diversos setores do Colégio Catarinense.

Pe. Eduardo Roberto Severino, *S/* – Direção-geral
Louisa Carla Farina Schröter – Direção Acadêmica
Fabio Luiz Marian Pedro – Direção Administrativa
Caroline Liebl de Bastos – Museu (Museóloga COREM 5ª Região 0136–I)
Sidney Luiz Mayer – Museu
Lucimar Mondini Polli – Mídia e Comunicação
José Ilto Bittencourt – Patrimônio
Emerson Soares de Almeida – Segurança
Silvionir Stühler – Recursos Humanos
Suellen Santos – Biblioteca
José Francisco Albino – Docência
Ana Carolina Krieger – Docência
Aline Castoldi – Serviço de Orientação Pedagógica
Lucas Henrique Pereira Duarte – Docência
Gabriela Manfroi Almeida – Museu
Gustavo Lewandowski Pioner – Museu
Thayslan Chrys da Silva – Patrimônio
Vitor Biral Bazucco – Serviço de Orientação Religiosa, Espiritual e Pastoral

Revisão de texto:

Danieli Galvani

Editoração:

Jhonata Gislon Formentin

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACMR – Associação de Coletores de Materiais Recicláveis
A.P. – Antes do presente
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio
COREM 5R – Conselho Regional de Museologia da 5ª Região
CRAS – Centros de Referência e Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI – Equipamento de Proteção Individual
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM – Conselho Internacional de Museus
ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCCS – Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade
MHS – Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, SJ
NBR – Norma Brasileira
NEM – Novo Ensino Médio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
Pe. – Padre
PNEM – Política Nacional de Educação Museal
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPHAM – Secretaria do Patrimônio Histórico de Florianópolis
SEM – Sistema Estadual de Museus
SOP – Serviço Orientação Pedagógica
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. O COLÉGIO CATARINENSE	7
3. PE. JOÃO ALFREDO ROHR, SJ – EDUCADOR, ADMINISTRADOR, BOTÂNICO E ARQUEÓLOGO DA COMPANHIA DE JESUS	8
3.1 Origens e formação jesuíta	8
3.2 Atuação educacional e pastoral	8
3.3 Contribuições botânicas	8
3.4 Trajetória arqueológica	8
3.5 Relações institucionais e científicas	9
3.6 Legado e reconhecimento	10
4. HISTÓRICO DO MUSEU DO HOMEM DO SAMBAQUI PE. JOÃO ALFREDO ROHR, SJ	10
5. DEFINIÇÃO DA INSTITUIÇÃO	11
5.1 Missão	11
5.2 Visão	11
5.3 Valores	11
5.4 Objetivo geral	11
5.4.1 Objetivos específicos	11
6. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL – SWOT	12
7. PROGRAMAS	13
7.1 Programa institucional	13
7.1.1 Estrutura de gestão	13
7.1.2 Normatização e documentação institucional	13
7.1.3 Identidade institucional e planejamento estratégico	14
7.1.4 Reconhecimento e participação institucional	14
7.1.5 Diretrizes e projetos	14
7.2 Programa de gestão de pessoas	15
7.2.1 Capacitação e atualização	15
7.2.2 Acompanhamento do desempenho da equipe	16
7.2.3 Clima organizacional	16
7.2.4 Diretrizes e projetos	16

7.3 Programa de acervos	17
7.3.1 Formação dos acervos	17
7.3.2 Tipologias de acervos	17
7.3.3 Aquisição e descarte	19
7.3.4 Inventário e documentação	19
7.3.5 Conservação dos acervos	20
7.3.6 Diretrizes e projetos	21
7.4 Programa de exposições	22
7.4.1 Exposições do Museu	22
7.4.2 Cronograma de exposições	23
7.4.3 Avaliação das exposições	23
7.4.4 Diretrizes e projetos	24
7.5 Programa de comunicação	24
7.5.1 Estudo de públicos	25
7.5.2 Ações de comunicação e difusão	26
7.5.3 Diretrizes e projetos	27
7.6 Programa educativo e cultural	27
7.6.1 O papel educativo dos museus	27
7.6.2 Estrutura e planejamento das atividades	28
7.6.3 Visitas	29
7.6.4 Capacitação e formação da equipe	29
7.6.5 Avaliação e monitoramento	29
7.6.6 Parcerias e integração com a comunidade	30
7.6.7 Relação entre o Museu e seu entorno: Colégio Catarinense	30
7.6.8 Estudo de público das ações	34
7.6.9 Público escolar	34
7.6.10 Diretrizes e projetos	35
7.7 Programa de pesquisa	36
7.7.1 Formação de linhas de pesquisa	36
7.7.2 Pesquisas internas	37
7.7.3 Pesquisadores externos	37
7.7.4 Diretrizes e projetos	38
7.8 Programa arquitetônico-urbanístico	38
7.8.1 Da edificação e sua localização	38
7.8.2 Histórico e características construtivas do prédio	39

7.8.3	Uso original e atual	39
7.8.4	Acessibilidade e acesso ao Museu	40
7.8.5	Espaço físico do Museu	40
7.8.6	Características arquitetônicas e construtivas dos espaços do Museu	40
7.8.7	Setorização interna do Museu	40
7.8.8	Climatização e controle ambiental	41
7.8.9	Manutenção dos espaços e da edificação	41
7.8.10	Diretrizes e projetos	41
7.9	Programa de acessibilidade universal	42
7.9.1	Contexto institucional e estrutural	42
7.9.2	Acessibilidade atitudinal: inclusão como prática institucional	43
7.9.3	Diretrizes e projetos	43
7.10	Programa de segurança	44
7.10.1	Análise de riscos e vulnerabilidades	44
7.10.2	Segurança física e monitoramento eletrônico	45
7.10.3	Controle de acesso e circulação	45
7.10.4	Sistema de prevenção e combate a incêndios	45
7.10.5	Sinalização e rotas de fuga	45
7.10.6	Segurança biológica e controle de pragas	45
7.10.7	Considerações	45
7.10.8	Diretrizes e projetos	46
7.11	Programa de financiamento e fomento	46
7.11.1	Estrutura orçamentária atual e mantenedora	46
7.11.2	Estruturação de programas de captação	46
7.11.3	Diretrizes e projetos	47
7.12	Programa socioambiental	48
7.12.1	Projeto Lixo Zero	48
7.12.2	Parceria com a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR)	48
7.12.3	Economia de recursos e eficiência energética	49
7.12.4	Diretrizes e projetos	49
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
9.	REFERÊNCIAS	51

1. APRESENTAÇÃO

Pensando o Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, *SJ* (MHS), em relação ao meio em que está inserido e a sua formação, é importante criar a relação dele com o espaço ao qual está conectado, principalmente por estar em uma escola, como um setor dessa instituição.

A relação entre museu e escola tem se intensificado nas últimas décadas, à medida que ambas as instituições reconhecem seu potencial complementar na formação de indivíduos críticos e conscientes de sua história, identidade e patrimônio. Desde o século XX, os museus vêm assumindo funções educativas, sendo concebidos como espaços para acesso ao conhecimento e para uma ampla formação cultural.

A própria definição de museu, proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), já destaca seu papel educativo:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos” (ICOM, 2022).

No Brasil, essa definição foi reforçada com a construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), que reconhece o caráter formativo das ações museológicas e a necessidade de consolidar práticas educativas dentro dessas instituições. A PNEM entende a educação museal como um processo contínuo e coletivo, destacando pontos norteadores, como a promoção da cidadania e da diversidade cultural, o acesso à memória social e a valorização das identidades locais. Nesse sentido, este Plano Museológico reconhece o museu como um espaço de educação não formal, mas que dialoga ativamente com as instituições formais de ensino.

A educação museal, nesse contexto, estabelece uma mediação entre os acervos e o público, promovendo experiências de aprendizado que integram razão, emoção e sensibilidade. A presença dos museus em espaços escolares potencializa essas experiências, permitindo que a cultura material (objetos, utensílios, vestígios arqueológicos) se torne um recurso didático significativo e promotor de múltiplas formas de aprendizagem. Assim, ao integrar as práticas pedagógicas, o museu torna-se um aliado poderoso de ensino e aprendizagem e na formação de cidadãos mais participativos.

Os museus escolares, ainda que historicamente subvalorizados, desempenham um papel essencial no processo educativo, especialmente por sua capacidade de aproximar os estudantes

de sua própria história, cultura e identidade. Ao integrar práticas pedagógicas ao acervo do museu, essas instituições promovem um aprendizado significativo, conectando conteúdos curriculares ao cotidiano e memórias locais. O museu deixa, assim, de ser apenas um espaço expositivo para tornar-se um local de diálogo e construção de reflexões e conhecimentos.

No caso do Museu do Homem do Sambaqui, seu acervo arqueológico tem valor inestimável para a compreensão da presença e da cultura dos povos sambaquieiros, grupo originário que habitou o litoral catarinense há milhares de anos. O acervo do museu, composto por vestígios funerários, instrumentos líticos e elementos simbólicos da vida cotidiana dos povos originários e indígenas, oferece aos estudantes a oportunidade de conhecer e valorizar as múltiplas identidades que formam o Brasil. Por fim, como museu e setor dentro de uma instituição de ensino, cumpre uma dupla missão: conservar e interpretar o patrimônio arqueológico e atuar como espaço de educação e construção da cidadania.

Preservar esse tipo de patrimônio é, portanto, mais do que conservar objetos do passado: é também garantir o direito à memória. Como dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, as formas de expressão como os modos de se criar, fazer e viver, assim como os sítios de valor histórico, arqueológico e científico, são considerados “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Portanto, os museus escolares desempenham um papel estratégico na formação de sujeitos críticos, conscientes de suas raízes e comprometidos com a preservação da memória patrimonial. Nesse sentido, os museus escolares são não apenas guardiões de objetos, mas também mediadores culturais e agentes da transformação social. No caso do Museu do Homem do Sambaqui, esse compromisso concretiza-se por meio da valorização da cultura dos povos originários e da difusão do saber arqueológico como instrumento da cidadania, inclusão e justiça cultural.

Dito isso, o espaço ainda precisa estar em consonância com as obrigações e legislações da área museal. Um ponto importante é a Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que trata do Estatuto de Museus, o qual estabelece a obrigatoriedade da elaboração, implementação e atualização do plano museológico para todos os museus brasileiros.

O plano museológico é uma ferramenta estratégica que orienta a gestão e o desenvolvimento do museu. Nele, são definidos a missão, a visão, os valores e os objetivos da instituição, além de serem estabelecidas as diretrizes para a elaboração e execução de programas, projetos e ações. Trata-se de um instrumento essencial para a organização interna do museu e para o fortalecimento de sua relação com a sociedade.



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

2. O COLÉGIO CATARINENSE

A história do Colégio Catarinense está profundamente entrelaçada com a trajetória dos jesuítas na Ilha de Santa Catarina, com sua primeira presença documentada na região no ano de 1553. No entanto, foi apenas em 1751, a pedido de Dom João I, que os jesuítas fundaram um colégio na Vila de Desterro, oferecendo educação catequética e intelectual aos filhos dos colonos açorianos. Esse projeto foi interrompido em 1759, quando a ordem foi expulsa dos domínios portugueses.

Os jesuítas retornaram a Desterro em 1844 e reabriram um colégio no ano seguinte. Contudo, devido a uma epidemia de febre amarela, foram novamente obrigados a deixar a cidade em 1854. Em 1865, uma nova tentativa foi feita com o Colégio do Santíssimo Salvador, mas divergências políticas entre o Partido Liberal, que firmara contrato com os jesuítas, e o Partido Conservador, que o rompeu, fizeram com que o Colégio fosse encerrado em 1871.

A fundação definitiva do atual Colégio Catarinense deu-se no início do século XX, em um contexto em que Florianópolis precisava de uma instituição educacional capaz de atender às demandas culturais de uma cidade em crescimento e marcada por ondas migratórias. Em 1905, o governador Vidal Ramos convidou formalmente os jesuítas a retornarem à cidade. Assim, em 15 de março de 1906, foi inaugurado o Ginásio Santa Catarina, inicialmente com 176 alunos.

Ao longo dos anos, o Colégio foi se adaptando às exigências educacionais do país. Em 1918, foi equiparado ao Colégio Pedro II, símbolo da excelência educacional no Brasil. Na década de 1930, estabeleceu o curso ginásial como Curso Fundamental e criou o Curso Complementar para ingresso no ensino superior. Em 1942, com a reforma da Lei Orgânica do Ensino Secundário, o ensino foi dividido entre ginásio e colegial, com currículos Clássico e Científico. Nesse mesmo ano, a instituição passou a chamar-se oficialmente Colégio Catarinense.

Até 1963, o Colégio mantinha regime de internato, acolhendo estudantes de várias cidades. A partir de 1970, passou a aceitar alunos de ambos os sexos e, dois anos depois, foi integrado ao Sistema Estadual de Ensino. Com o tempo, a instituição ampliou sua atuação, incluindo os ciclos iniciais da educação básica e a Educação Infantil no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

A inovação continuou sendo uma marca do Colégio Catarinense. Em 2025, o Colégio Catarinense permanece atendendo a um grande número de alunos, com uma estrutura moderna, composta por laboratórios atualizados, salas climatizadas e espaços de imersão. As atividades culturais, esportivas e complementares fazem parte da formação integral proposta pela instituição, que mantém viva a tradição jesuíta de promover uma educação de excelência e compromisso social.

3. PE. JOÃO ALFREDO ROHR, SJ – EDUCADOR, ADMINISTRADOR, BOTÂNICO E ARQUEÓLOGO DA COMPANHIA DE JESUS

3.1 Origens e formação jesuíta

João Alfredo Rohr nasceu em 18 de setembro de 1908, em uma família de imigrantes alemães católicos do interior do Rio Grande do Sul. Sua infância foi marcada por forte vivência religiosa e dedicação ao estudo.

Estudou no Seminário Central de São Leopoldo/RS, entre 1923 e 1926, ingressando no Noviciado da Companhia de Jesus no ano seguinte. Ao longo de uma sólida formação humanística, que moldou sua trajetória intelectual e espiritual, foi ordenado sacerdote em 1939. Nesse período, lecionou no Seminário Menor de São Leopoldo e atuou como curador do Museu de História Natural da instituição.

Em 1932, publicou seu primeiro artigo, no qual já se destacava por um estilo claro, argumentativo e voltado à divulgação científica. Essa vocação para o ensino e a pesquisa consolidar-se-ia como um traço essencial de sua missão como jesuíta.

3.2 Atuação educacional e pastoral

Em 1941, foi transferido para o Colégio Catarinense, em Florianópolis/SC, onde permaneceu até sua morte, em 1984. Foram 42 anos de dedicação integral ao ensino, à administração, pesquisa científica e vida pastoral.

Pe. Rohr lecionou disciplinas como Física, Química e Ciências Naturais, sendo lembrado por sua exigência acadêmica e pela formação humanística que oferecia aos alunos. Como Diretor do Colégio (1946–52), esteve à frente de uma grande reforma estrutural e pedagógica: expandiu o prédio central, modernizou os métodos de ensino e fortaleceu a proposta de formação integral dos estudantes, fundando a casa de retiros Vila Fátima, no Sul da Ilha, para formação espiritual de alunos e religiosos. Hoje, a Vila Fátima é um espaço conhecido por sua beleza e pela proposta espiritual que oferece aos visitantes.

Na esfera social, Padre Rohr foi uma presença constante em comunidades carentes. Celebrou missas em vilas, orientou jovens em crise vocacional, visitou doentes e ajudou famílias necessitadas. Sua sensibilidade pastoral aliava firmeza doutrinária e escuta compassiva.

3.3 Contribuições botânicas

Além de educador, Padre Rohr foi um apaixonado pelas ciências naturais, especialmente pela botânica. Montou um orquidário no próprio Colégio e desenvolveu estudos sobre a flora catarinense,

com ênfase em orquídeas e samambaias.

Suas coletas botânicas enriqueceram acervos como o Herbarium Anchieta, em São Leopoldo. Como reconhecimento por suas descobertas, o botânico Guido Pabst descreveu e nomeou três espécies de orquídeas em sua homenagem: *Catasetum rohrii* Pabst, *Pleurothallis rohrii* Pabst e *Octomeria rohrii* Pabst (SANTA CATARINA, 1985, p. 19).

Pe. Rohr manteve correspondência com botânicos de várias partes do Brasil, realizando anotações meticolosas. Entre suas contribuições à botânica, produziu etiquetas de coleta e incentivou estudantes e pesquisadores locais.

3.4 Trajetória arqueológica

A partir da década de 1950, Pe. Rohr voltou-se de forma crescente à arqueologia, campo em que se tornaria referência nacional. Autodidata, iniciou escavações de salvamento em sambaquis próximos à capital catarinense, como caiacanga-mirim e, logo depois, envolveu-se em projetos ambiciosos, como o do sítio arqueológico da praia da Tapera, em 1962.

Participou de importantes atividades de extensão universitária, promovidas pela Universidade Federal do Paraná. Em 1964, integrou o Seminário de Ensino e Pesquisas em Jazidas Cerâmicas, realizado em Curitiba, sob a orientação dos já renomados arqueólogos estadunidenses Clifford Evans e Betty J. Meggers, da Smithsonian Institution. Em 1966, participou do Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Pré-cerâmicos, na Ilha das Rosas, em Antonina/PR, coordenado pela arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire, da Universidade de Paris. Esses cursos de extensão enriqueceram sua formação arqueológica e fortaleceram sua inserção em redes científicas voltadas à preservação do patrimônio pré-histórico brasileiro.

Pe. Rohr foi responsável por mais de 430 sítios cadastrados e 18 campanhas arqueológicas. Desenvolveu técnicas como cimentação de sepultamentos, moldes de peças frágeis e fichas padronizadas de escavação. As escavações realizadas em Itapiranga, no Oeste catarinense, revelaram vestígios humanos a 7,30 metros de profundidade. A análise de carbono-14 indicou a datação desses artefatos em 8.640 ± 95 anos AP (c. 6.600 a.C.), constituindo o registro mais antigo documentado por ele com base científica (VERARDI, 1985, p.19).

Em 1972, João Alfredo Rohr foi oficialmente nomeado representante honorífico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Santa Catarina para a arqueologia, consolidando uma atuação iniciada em 1968. A nomeação foi precedida de consulta formal do Diretor do IPHAN, Renato Soeiro (Ofício nº 1247, de 22 de maio), seguida da resposta afirmativa do Pe. Rohr, sendo formalizada pelo Ofício nº 1599, de 09 de junho de 1972. A designação conferiu-lhe os poderes previstos na Lei nº 3.924/1961 para a proteção do patrimônio arqueológico no estado (IPHAN, 1972).

3.5 Relações institucionais e científicas

Pe. Rohr manteve intensa colaboração com instituições como a Smithsonian Institution (EUA), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Instituto Anchieta de Pesquisas e a Société des Am  ricanistes (França). Correspondeu-se periodicamente com importantes figuras da arqueologia e antropologia do seu tempo, como Betty Meggers e Clifford Evans, arqueólogos norte-americanos vinculados    Smithsonian Institution; Annette Laming-Empeaire, arqueóloga francesa responsável por escava  es emblemáticas no Brasil; Paulo Duarte, pioneiro da arqueologia brasileira e defensor do patrimônio histórico; Luís de Castro Faria, antropólogo e Diretor do Museu Nacional, entre outros nomes de destaque.

Em 1977, com o falecimento inesperado da arqueóloga francesa Annette Laming-Empeaire, Pe. Rohr redigiu um necrol  gico publicado na revista Nheengatu (ROHR, 1977). No texto, reconheceu sua importância para os rumos da arqueologia sul-americana, mencionando especialmente suas pesquisas em sambaquis e na região de Lagoa Santa/MG. Destacou seu papel formador, ao acompanhar os primeiros passos da arqueologia científica no Brasil. A nota, escrita com simplicidade e apreço, expressava não apenas a relevância acadêmica da colega, mas também a estima pessoal com que o Pe. Rohr a recordava – compondo um testemunho discreto e sincero da admira  o entre pares.

Foi nomeado membro do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina por duas vezes, conforme decretos estaduais de 1968 e 1971, e assumiu o cargo de Presidente do Conselho entre os anos de 1971 e 1972. Durante sua atua  o, desempenhou papel relevante na formula  o de políticas culturais e na preserva  o do patrimônio arqueológico e histórico do estado.

Padre João Alfredo teve, também, papel importante na cria  o da Funda  o Catarinense de Filosofia, um dos embriões da atual Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com sua experiência de educador e sua rede de contatos científicos, contribuiu para dar credibilidade e estrutura ao projeto, influenciando os rumos do ensino superior em Santa Catarina.



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

Sua atuação como arqueólogo e delegado do IPHAN foi marcada por ética e firmeza, tendo recebido apoio decisivo da comunidade científica em 1974. Durante a 9ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada naquele ano, foi aprovada uma moção assinada por 237 antropólogos em sua defesa. Desde a década de 1970, o Pe. Rohr vinha sendo alvo de perseguições em razão de sua postura crítica frente a interesses políticos e econômicos que ameaçavam sítios arqueológicos em Santa Catarina" (CRUZ, 2012, p. 144).

3.6 Legado e reconhecimento

Padre João Alfredo Rohr, SJ, é lembrado não apenas por suas contribuições à arqueologia e às ciências naturais, mas também por sua espiritualidade e pelo compromisso com a educação, a cultura e a justiça social. Seu legado permanece vivo em instituições como o Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio Catarinense, e a coleção arqueológica João Alfredo Rohr, reconhecida pelo IPHAN como acervo de relevância nacional. Em Florianópolis, seu nome batiza a Escola Básica Municipal Padre Rohr, uma rua no Norte da cidade e o Prêmio Padre João Alfredo Rohr, instituído pela Sociedade de Arqueologia Brasileira para homenagear pessoas e entidades que se destacam na valorização do patrimônio arqueológico brasileiro. Sua trajetória expressa, de forma exemplar, o ideal jesuíta de integrar fé, ciência e serviço à comunidade.



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

4. HISTÓRICO DO MUSEU DO HOMEM DO SAMBAQUI PE. JOÃO ALFREDO ROHR, SJ

A fundação do Museu do Homem do Sambaqui, em 1964, sob a liderança do Padre Rohr, integra uma longa tradição educativa e científica iniciada no Colégio Catarinense, no início do século XX. Segundo testemunho do Padre Frederico Maute, SJ, relatado em carta ao Pe. Rohr datada de 31 de maio de 1964, a origem do Museu do Colégio remonta ao ano de 1909, quando foram organizadas as primeiras coleções didáticas de história natural no Ginásio Catarinense. A história conta que sua fundação se deu a partir de uma caixa de gravatas vazia que o então Reitor, Pe. Boock, entregou ao Pe. Frederico Maute, na época Fráter, para que fizesse coleta de borboletas e insetos, dizendo “Está criado o museu do Ginásio Catarinense”.

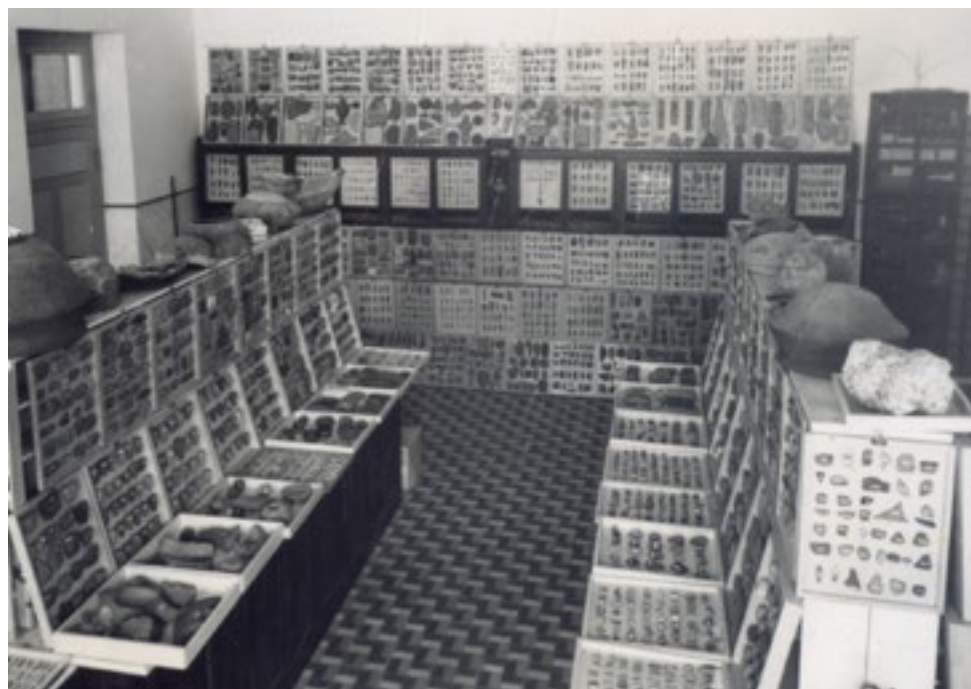
Naquele tempo, o termo “museu” era pouco usado; no Colégio, confundia-se com laboratório de ciências naturais, pois exibia animais taxidermizados, coleções de borboletas e insetos, minerais e algumas moedas e selos. As famílias dos alunos também faziam doações de objetos inusitados. Em 1924, o Museu, sob a responsabilidade do Pe. Maute, foi ampliado com peças históricas e outras coleções adquiridas do Liceu de Artes e Ofícios de Florianópolis.

Conforme Relatório do Colégio Catarinense de 1929, o Pe. Maute realizou uma missão cultural ao Rio de Janeiro com o objetivo de enriquecer essas coleções já existentes, visitando instituições como o Ministério da Agricultura, o Instituto Biológico, o Jardim Botânico e o Museu Nacional, de onde trouxe vinte quadros murais de ensino, além de objetos etnográficos e fósseis, que passaram a compor o acervo educativo da escola.

Esse acervo inicial, destinado principalmente ao ensino de ciências naturais, permaneceu ativo e foi ampliado ao longo das décadas seguintes. Já sob responsabilidade do Pe. Rohr, a coleção foi profundamente reorganizada, com critérios científicos e pedagógicos mais definidos, refletindo o amadurecimento de seu trabalho arqueológico em Santa Catarina. Com o apoio técnico do Sr. Alfredo Russins, museólogo do IPHAN, Pe. Rohr estruturou as novas instalações museológicas em consonância aos avanços da museologia de então, estabelecendo uma curadoria centrada na cultura sambaquiana e nos vestígios pré-históricos do litoral Sul.

A fundação oficial do novo Museu foi comunicada pelo próprio Pe. Rohr, em carta datada de 3 de outubro de 1964 ao Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, então Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A correspondência sublinhava o caráter científico e educativo do projeto, que passava a representar não apenas a continuidade de um legado iniciado pelo Pe. Maute, como também um novo marco na preservação do patrimônio arqueológico catarinense.

O Museu do Homem do Sambaqui, portanto, nasceu como resultado da continuidade e descontinuidade de visões sobre a ciência e a educação. Foi, ao mesmo tempo, herdeiro das iniciativas pioneiras da educação jesuíta em Santa Catarina e expressão do compromisso pessoal do Pe. Rohr com a defesa dos sítios arqueológicos, cujos vestígios ele sistematicamente estudou, protegeu e comunicou. Em sua trajetória, o museu tornou-se referência nacional em arqueologia, espaço de ensino, conscientização patrimonial e diálogo entre passado e presente.



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

5. DEFINIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Durante a estruturação do Plano Museológico, o Museu passou por uma revisão de sua imagem institucional, atualizando sua missão, visão, valores e objetivos.

5.1 Missão

Preservar, investigar, documentar e comunicar a memória dos povos originários que habitaram o território catarinense, a partir de sua cultura material, sistematizada pelo trabalho pioneiro do padre jesuíta João Alfredo Rohr.

5.2 Visão

Tornar-se referência, como espaço de preservação, pesquisa, atendimento e educação, a partir da valorização da cultura material dos povos originários de Santa Catarina.

5.3 Valores

- Acolhimento à diversidade de públicos.
- Respeito e preservação do legado dos povos originários.
- Zelo pela ética profissional.
- Compromisso com a comunidade local.
- Articulação entre pesquisa, preservação, comunicação e formação.
- Qualidade em atendimento.
- Responsabilidade com a conservação do patrimônio.
- Compromisso de sustentabilidade.

5.4 Objetivo geral

Promover o conhecimento e a valorização do patrimônio histórico e cultural dos povos originários que habitaram o território catarinense, por meio da preservação, do estudo e da divulgação do acervo museológico, integrando a comunidade escolar e a sociedade.

5.4.1 Objetivos específicos

- Implementar programas de conservação dos artefatos, documentos e materiais do acervo.
- Apoiar pesquisas acadêmicas e científicas que aprofundem o conhecimento sobre os povos originários de Santa Catarina.
- Criar programas educativos que sensibilizem o público sobre a importância da preservação histórica e cultural.

- Documentar os acervos pertencentes às coleções museológicas.
- Estabelecer parcerias para captação de recursos por meio de projetos.
- Cumprir e divulgar a legislação de proteção ao patrimônio cultural brasileiro.
- Estabelecer estratégias de comunicação para divulgação do acervo e do espaço museológico.
- Estreitar a relação com a comunidade local, buscando mais participação da sociedade.
- Qualificar as instalações físicas da edificação, para que cumpram suas funções em relação à acessibilidade e ao bem-estar dos usuários e colaboradores, bem como garantam a segurança do acervo.
- Assegurar que o espaço museal esteja integrado às atividades pedagógicas do Colégio Catarinense, enriquecendo o currículo escolar e valorizando o legado do padre jesuíta João Alfredo Rohr.

6. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL – SWOT

A forma escolhida para um diagnóstico geral da instituição foi a análise de SWOT (também conhecida como FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Essa ferramenta de gestão estratégica é utilizada para entender melhor os pontos fortes e fracos internos do Museu, assim como as oportunidades e ameaças externas do ambiente.

Forças

- Acervo (rico, único e tombado pelo poder público, o que gera interesse).
- Localizado dentro de uma instituição reconhecida e em local estratégico da cidade.
- Tradição.
- Reconhecimento público (como espaço de pesquisa e visitação).
- Pessoal com formação específica na área.
- Vínculo com a história de Santa Catarina.
- Estar associado ao Colégio Catarinense.
- Compromisso com a educação.
- Dar reconhecimento e reputação ao Colégio.
- Oferta de programas educativos que atraem a comunidade e fortalecem o papel educacional do Colégio Catarinense.
- Contribui para a preservação do patrimônio cultural catarinense.

Oportunidades

- Fomentar parcerias.
- Desenvolvimento de um bom plano educacional.
- Receber parcerias com a Companhia de Jesus.
- Receber investimentos do poder público.
- Publicidade.
- Realização de exposições (divulgação do Colégio).
- Agregar a prática da construção do conhecimento científico, por meio da memória, nos nossos educandos.
- Parcerias com outros espaços de acervo semelhantes ou espaços acadêmicos para trocas de experiências.
- Captação de recursos para melhoria dos acervos e manutenção das instalações.
- Promover a marca do Museu e da obra do Pe. Rohr.
- Captação de públicos diversos e divulgação das ações culturais do Colégio Catarinense.
- Criação de uma loja para vender lembranças e produtos.

Fragilidades

- Equipe reduzida, dificultando a manutenção e catalogação.
- Acessibilidade.
- Localização (espaço ocupado dentro do Colégio).
- Falta de integração ao Projeto Político-Pedagógico do Colégio Catarinense.
- Necessidade de investimentos permanentes.
- Espaço com capacidade para guarda e exposição dos acervos.
- Visibilidade local – falta de conhecimento sobre o Museu.
- Recursos limitados para conservação e expansão do acervo.
- Falta de financiamento próprio, o que causa dependência do Colégio.
- Instalações.
- Obsolência das exposições.

Ameaças

- Não existe sinalização que indique o Museu dentro do Colégio.
- Condições ambientais e conservação (falta de controles básicos de medições para entender o ambiente – clima).
- Falta de visibilidade pública.
- Falta de apoio das autoridades envolvidas com cultura e preservação de patrimônio histórico.

7. PROGRAMAS

7.1 Programa Institucional

Conforme o Decreto Federal nº 8.124/2013, o Programa Institucional compreende o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa dos museus, bem como os processos de articulação e cooperação entre a instituição museológica e os diversos agentes envolvidos em sua atuação. Como apresentado por Edson (2015, p. 110), “uma função-chave da gestão de museus é auxiliar a organização, independentemente de seu tamanho ou complexidade, a alcançar resultados consistentes, de modo que a missão institucional possa ser articulada e cumprida.”

Nesse sentido, é essencial que o Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, *SJ*, tenha clara compreensão de sua missão, dos objetivos estratégicos, da estrutura organizacional e de sua inserção institucional, consistindo em um setor do Colégio Catarinense, qual seja, instituição privada, sem fins lucrativos, de natureza educacional e cultural. Tal vinculação determina, em grande parte, o modelo de gestão e financiamento do Museu, assim como o direcionamento de suas ações educativas e culturais.

7.1.1 Estrutura de gestão

A definição e documentação da estrutura de gestão são elementos fundamentais para a governança dos museus, especialmente em instituições que compartilham estruturas administrativas com entes mantenedores. A construção de organogramas e a descrição clara das funções de cada setor contribuem para o fortalecimento da gestão e da comunicação interna.

Uma questão crucial para a gestão é documentar a estrutura sob a qual o museu é regido e apoiado. [...] Frequentemente, a estrutura de gestão se baseia em práticas prévias, mas falta documentação clara. Um simples diagrama ou gráfico organizacional pode ser utilizado para demonstrar as linhas de autoridade e a troca de informações. A maioria dos museus possui uma estrutura de gestão que inclui pelo menos três componentes – a administração, a curadoria e as operações. Todos os elementos do museu podem ser de responsabilidade de uma pessoa ou de muitas pessoas. Essa estrutura organizacional em três partes permite a distribuição de várias tarefas. Ela pode ser expandida para facilitar atividades ampliadas, enquanto mantém linhas diretas de comunicação e um procedimento de relato facilmente compreensível (EDSON, 2015. p. 111).

Atualmente, o Museu do Homem do Sambaqui está subordinado à Direção Acadêmica do Colégio Catarinense, a quem cabe a coordenação geral do setor. A gestão cotidiana é realizada pela equipe técnica responsável, que responde pela execução das atividades museológicas, de acordo com os princípios definidos em seu Plano Museológico e no Regimento interno do Museu.



7.1.2 Normatização e documentação institucional

Embora o Museu esteja submetido ao Regimento geral do Colégio Catarinense, possui um Regimento interno próprio, que orienta suas práticas de organização e funcionamento. Entretanto, tal documento encontra-se desatualizado, tendo sido elaborado antes da reestruturação do Plano Museológico e das recentes mudanças institucionais ocorridas na mantenedora. Portanto, tornam-se prioritárias sua revisão e atualização, de modo a alinhar suas disposições às diretrizes atuais da instituição e às novas demandas museológicas.

Historicamente, os registros do Gymnasio Santa Catarina indicam que a formação das primeiras coleções, sobretudo voltadas às ciências naturais, teve início em 1907, com a finalidade de complementar o processo educativo dos estudantes. Tal informação é relevante, pois, no momento, não há documento oficial de criação do Museu. Mesmo que se considere a data formal de 1964, a informação anterior é relevante para a complementação do histórico da formação das coleções e da idealização do espaço.

7.1.3 Identidade institucional e planejamento estratégico

No processo de elaboração do novo Plano Museológico, o Museu revisou sua missão, visão e valores, adequando-os às diretrizes do Colégio Catarinense e às práticas contemporâneas de museologia. Essa revisão fortaleceu a identidade institucional do Museu e serviu de referência para a formulação de políticas de mediação cultural, conservação, comunicação e gestão de públicos.

Durante o ano de 2024, o Museu passou por um processo de atualização de sua identidade visual, incluindo o desenvolvimento de uma nova logomarca. Esse projeto foi realizado em parceria com professores do Novo Ensino Médio da instituição, buscando fortalecer o vínculo simbólico com o fundador, a história e o espaço físico, além de estreitar os laços com o corpo discente, promovendo mais integração museu-escola.

7.1.4 Reconhecimento e participação institucional

O Museu do Homem do Sambaqui possui registro no Sistema Estadual de Museus (SEM) e no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); encontra-se, ainda, em fase de junção de documentação para registro no Conselho Regional de Museologia da 5ª Região (COREM 5R). Tais registros demonstram o alinhamento da instituição com as políticas públicas de cultura e reforçam seu compromisso com os princípios de profissionalização da gestão museológica.

É importante a participação ativa do museu em eventos realizados por essas e outras instituições das áreas afins do espaço, não apenas para o acesso a atualizações normativas e inovações, como também para a representação institucional do Museu enquanto agente ativo da cena museológica regional e nacional.

Além desses órgãos, é relevante a criação de parcerias com outras instituições, pois isso pode fomentar diálogos e atividades de intercâmbio, potencializar a visitação dos espaços e fomentar a troca de experiências institucionais ou com pessoas de áreas diversas, auxiliando, inclusive, na busca por soluções para problemas comuns ou por conhecimentos e práticas realizadas que podem ser adotadas.

7.1.5 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Organização e formalização do documento de criação do Museu.	Cronograma: 2025
Diretriz 2	Revisão completa do Regimento Interno, alinhando-o ao novo Plano Museológico e às estruturas atuais do Colégio Catarinense.	Cronograma: 2025
Diretriz 3	Elaboração e publicação de um organograma institucional, com descrição das funções de cada setor ou cargo.	Cronograma: 2025
Diretriz 4	Proposição de intercâmbios técnico-científicos com outras instituições.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Atualização e manutenção dos registros do Museu junto ao SEM, IBRAM, COREM e demais órgãos pertinentes.	Cronograma: 2025
Diretriz 6	Revisão e padronização de documentos jurídicos e operacionais, como termos de autorização de uso de imagem, termos de cessão e uso de obras intelectuais, contratos de empréstimo de acervo e materiais.	Cronograma: 2025
Diretriz 7	Atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, com publicação no site institucional, garantindo o acesso público às informações e aos serviços oferecidos.	Cronograma: 2025

7.2 Programa de gestão de pessoas

O programa de gestão de pessoas, conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 8.124/2013, “abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu.” Além dessas diretrizes, o programa tem como finalidade a análise contínua das necessidades de recursos humanos, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento do Museu e o atendimento às metas institucionais.

Atualmente, o Museu conta com uma equipe dedicada, composta por uma museóloga com especialização em História e Gestão de Acervos, um analista com formação em Filosofia e mestrado em História, além de dois estagiários do curso de História. Também é frequente a presença de estagiários de Museologia e áreas afins, que atuam no Museu para o cumprimento da carga horária obrigatória de seus cursos. Para esses estudantes, o Museu dispõe de um plano de acolhimento e integração, que contempla orientações iniciais, supervisão contínua e execução de atividades compatíveis com sua formação, promovendo uma experiência educativa qualificada.

A gestão do Museu está vinculada à Direção Acadêmica do Colégio Catarinense, cuja atuação tem se caracterizado pela abertura ao diálogo e pelo compromisso com a preservação, conservação e difusão do acervo museológico.

Os serviços de limpeza e manutenção são realizados pelas equipes que atendem aos demais setores da instituição mantenedora, no entanto, a rotatividade constante desses profissionais dificulta a consolidação de práticas adequadas de higienização e conservação do acervo, o que compromete a segurança dos objetos musealizados. Diante disso, recomenda-se considerar a designação de uma equipe fixa de limpeza para o espaço do Museu, o que facilitaria o processo de capacitação e promoveria a conscientização quanto à importância do cuidado com os bens culturais sob guarda.

Adicionalmente, torna-se fundamental a previsão de contratações temporárias para ações pontuais de conservação e restauro, especialmente considerando a diversidade tipológica do acervo, que exige intervenções técnicas por profissionais especializados, ainda não contemplados na atual estrutura de pessoal do Museu.

O programa prevê, ainda, a aplicação periódica de instrumentos de avaliação institucional e de desempenho individual, com o objetivo de identificar lacunas, necessidades de formação continuada e oportunidades de aprimoramento da atuação profissional. Como parte desse processo, estão programadas ações regulares de capacitação, incluindo oficinas, cursos de atualização e participação em eventos da área, em parceria com universidades, instituições museológicas e organizações culturais.

A gestão de pessoas também se orienta por princípios de equidade, diversidade e inclusão, promovendo um ambiente institucional pautado no respeito, na representatividade e na valorização das diferenças.

7.2.1 Capacitação e atualização

A capacitação permanente dos colaboradores é um eixo fundamental na política de gestão de pessoas em instituições museológicas, não apenas para acompanhar as transformações nas áreas específicas de atuação, mas também como forma de valorização profissional e estímulo à cultura organizacional do aprendizado contínuo.

O treinamento sistemático e a atualização técnica da equipe integram o processo de desenvolvimento institucional, alinhando práticas internas às exigências contemporâneas da museologia, da educação patrimonial e da gestão cultural. O Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), desde 1986, destaca a responsabilidade ética das instituições com a formação continuada de seus profissionais. Como aponta Boylan (2015, p. 129):

O treinamento de pessoas também constitui uma parte muito importante do processo contínuo de gestão de pessoas. Desde 1986, o ICOM insiste, por meio de seu Código de Ética Profissional, que o treinamento e a reciclagem de pessoas são uma questão ética importante tanto para a instituição quanto para o profissional do museu. Neste mundo em mudanças tão rápidas, não se aceita mais tão facilmente que um profissional, técnico ou administrador faça treinamento e obtenha qualificações no início da carreira, ainda aos 20 anos de idade, e conte com esse treinamento por mais 30 ou 40 anos.

No contexto institucional, o Colégio Catarinense já promove eventos internos, voltados a diversas temáticas. No entanto, é igualmente importante fortalecer políticas de formação continuada, incentivando a participação da equipe técnica em cursos, seminários, congressos, programas de extensão e redes de pesquisa. Essas oportunidades ampliam o repertório dos profissionais, favorecem a troca de experiências e asseguram práticas mais atualizadas, éticas e eficazes.

A qualificação continuada impacta diretamente na qualidade das ações desenvolvidas no museu, promovendo mais engajamento da equipe, atualização em relação às normas e legislações vigentes e adequação dos processos institucionais aos modos contemporâneos do fazer museológico. Além disso, contribui para a consolidação de uma equipe mais segura, ética e preparada para atuar com excelência no atendimento ao público, na preservação do acervo e na mediação cultural.

7.2.2 Acompanhamento do desempenho da equipe

A avaliação sistemática do desempenho institucional e individual é uma ferramenta essencial para a melhoria contínua da gestão. Embora não exista um protocolo universal para o setor museológico, é consenso que o acompanhamento deve ser periódico, objetivo e formativo. Como destaca Boylan (2015, p. 129):

[...] para garantir serviço e operação eficientes é preciso fazer análises regulares – e tomar medidas idealmente objetivas – do desempenho da instituição em geral e dos funcionários que atuam dentro dela, embora não exista até agora nenhum procedimento ou regra geral que se aplique ao setor de museus.

No caso do museu como setor do Colégio Catarinense, o acompanhamento do desempenho ocorre por meio de:

- reuniões mensais entre a equipe do Museu e a Direção Acadêmica, com foco no monitoramento das atividades, alinhamento de objetivos e levantamento de necessidades materiais, humanas e formativas;
- avaliação anual de desempenho, aplicada tanto aos colaboradores quanto à gestão, com o objetivo de identificar fragilidades, reconhecer avanços e subsidiar a reestruturação de funções e processos.

Recomenda-se, como aprimoramento, a criação de indicadores de desempenho específicos, voltados à avaliação de:

- níveis de satisfação da equipe e do público;
- eficiência operacional e uso de recursos;
- resultados de capacitação e impacto na prática profissional.

7.2.3 Clima organizacional

O desenvolvimento institucional sustentável também depende do cuidado com as condições físicas, psicológicas e sociais de trabalho. A gestão deve zelar por um ambiente seguro, saudável e motivador, como destaca Boylan (2015, p.130): “uma das mais importantes responsabilidades da gestão é garantir que, na medida do possível, o museu e suas atividades proporcionem um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos que usarem suas instalações”.

Nesse sentido, é essencial manter uma atenção contínua ao conforto ambiental, à ergonomia, à acessibilidade e aos fatores psicossociais que afetam diretamente a qualidade de vida dos colaboradores e seu desempenho. No âmbito do Colégio Catarinense, a atuação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio) é um instrumento fundamental para esse cuidado, pois atua na identificação e prevenção de riscos ocupacionais, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais ético, acolhedor e seguro.

7.2.4 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Desenvolvimento e aplicação de ações de capacitações dos profissionais do Museu.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 2	Avaliação de desempenho das equipes.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 3	Avaliação do clima organizacional.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 4	Revisão da descrição de cargos.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Criação de indicadores de desempenho (dos profissionais e dos serviços oferecidos).	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 6	Desenvolvimento de ações baseadas na segurança do trabalho.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 7	Contratação de profissionais para projetos específicos.	Cronograma: a partir de 2026 (sujeito às necessidades)
Diretriz 8	Criação de acordos de cooperação com outras instituições para intercâmbio de ações.	Cronograma: a partir de 2025

7.3 Programa de acervos

De acordo com o Decreto Federal nº 8.124/2013, o programa de acervos “abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica.” O programa tem como objetivo estabelecer diretrizes para a gestão, preservação, aquisição e descarte dos acervos do Museu, alinhando-se aos objetivos museológicos, educacionais e culturais da instituição.

Nesse contexto, o programa de acervos pode ser compreendido como o ponto focal da gestão dos acervos:

“Gestão de acervo” é o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais os objetos são reunidos, organizados, pesquisados, interpretados e preservados. A gestão do acervo se foca no cuidado com as coleções, na sua segurança e boas condições físicas em longo prazo. Cuida das questões de preservação, uso e manutenção dos registros do acervo, e se a missão e o objetivo do museu são por ele sustentados (LADKIN, 2015. p. 148).

A gestão do acervo é, portanto, um aspecto essencial para a realização da missão do Museu. Paralelamente, a elaboração do programa de acervos busca estabelecer procedimentos técnicos e normativos com o objetivo de adquirir, descartar, documentar, conservar e realizar empréstimos de objetos de maneira planejada e controlada; além disso, visa à criação de estratégias educativas e culturais que utilizem o acervo como uma ferramenta pedagógica, promovendo o engajamento com diversos públicos. É fundamental que essas normas e práticas sejam constantemente revisadas, adaptando-se às necessidades e situações que surgem ao longo da execução dessas atividades.

7.3.1 Formação dos acervos

O acervo do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, *SJ* é notável tanto pela sua riqueza quanto pela variedade de peças, despertando o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. No entanto, a origem desse acervo remonta a um período muito anterior à idealização do Museu como o conhecemos hoje, refletindo uma trajetória típica de coleções didáticas escolares que evoluem para espaços museológicos especializados.

A história tem início em 1909, no então denominado Gymnasio Catharinense (futuro Colégio Catarinense), quando o Pe. Frederico Maute, utilizando duas caixas de gravatas vazias, saiu para capturar borboletas, besouros (cascudos) e cobras, com o objetivo de expô-los. Esse conjunto inicial de espécimes marcou o surgimento do Museu do Gymnasio Catharinense, voltado à promoção da educação científica no ambiente escolar.

Em agosto de 1924, o Colégio realizou sua primeira grande aquisição museológica, ao incorporar quase toda a coleção (com exceção da numismática) do museu localizado no antigo

prédio do Lyceo de Artes e Officios. Conforme registrado no relatório institucional daquele ano, foram adquiridos “todos os objectos e armarios d’aquelle museu”.

Ao longo das décadas, o acervo foi ampliado por meio de doações de colecionadores particulares, figuras públicas, pais de alunos e pesquisadores, bem como por meio de trocas. As coleções, então, passaram a abranger áreas como geologia, malacologia, etnologia e história.

Em 1948, o então diretor do Colégio, Pe. João Alfredo Rohr, adquiriu a coleção arqueológica particular de Carlos Berenhauser. Esse colecionador obtinha objetos arqueológicos, especialmente do Sul da ilha de Florianópolis, por meio de trocas com os moradores locais, oferecendo, em contrapartida, tecidos e outras mercadorias.

Entretanto, a maior parte do acervo atual é resultado direto das escavações arqueológicas conduzidas pelo próprio Pe. Rohr, entre os anos de 1958 e 1984. Os trabalhos ocorreram em diversas regiões de Santa Catarina, com especial concentração no Sul da ilha de Florianópolis — como a Base Aérea, a Armação do Sul, Pântano do Sul e praia da Tapera —, além de outros locais, como a praia das Laranjeiras, em Balneário Camboriú, e o município de Itapiranga. Essas escavações são representativas do esforço pioneiro de institucionalização da arqueologia regional no Sul do Brasil (FUNARI, 2006; SCHMITZ, 1987), e os materiais provenientes delas constituem uma base empírica fundamental para o estudo dos povos sambaquieiros e outras culturas pré-coloniais do litoral catarinense.

7.3.2 Tipologias de acervos

O Museu possui diversas tipologias de acervos, divididos em três grandes categorias: museológica, arquivística e bibliográfica.

- **Museológica**

A categoria museológica do acervo é composta por sete coleções distintas, que abrangem diferentes áreas do conhecimento. Entre elas, destaca-se a coleção de arqueologia, a mais significativa do Museu em tamanho, relevância científica e interesse do público.

Arqueologia: subdividida nas coleções Berenhauser e Padre Rohr, essa é a principal e mais extensa coleção do Museu. Desperta grande interesse entre os visitantes e atrai um fluxo constante de pesquisadores, além de ser o foco das atividades do núcleo educativo. A coleção reúne uma diversidade de materiais, com destaque para cerâmica, artefatos líticos, ossos faunísticos e humanos, além de itens malacológicos. Também inclui objetos em porcelana, vidro e metal. Essa variedade de peças oferece um panorama valioso sobre as antigas culturas que habitaram a região.

Etnologia: reúne objetos confeccionados em fibra vegetal, madeira, penas (plumária), metal, ossos, sementes e cerâmica. São peças ligadas a rituais, atividades artesanais, caça, pesca e ao cotidiano de diferentes grupos indígenas. A coleção é fundamental para a compreensão e preservação das culturas indígenas locais.

Geologia e fósseis: composta por amostras de rochas, minerais e fósseis da fauna e flora petrificadas, essa coleção documenta a história geológica da região, permitindo o estudo de suas transformações ao longo do tempo.

Zoologia: uma das coleções mais atrativas, especialmente para o público infantil. Inclui animais taxidermizados, ossos e dentes de diversas espécies. Trata-se de uma ferramenta educativa eficaz para o ensino da biodiversidade e da conservação ambiental.

Malacologia: formada por uma ampla variedade de conchas e corais provenientes de diferentes partes do mundo, essa coleção contribui para o conhecimento da diversidade marinha e dos ambientes costeiros.

Numismática e filatelia: abrange moedas, cédulas e selos, em sua maioria brasileiros, que datam desde o período colonial até a moeda anterior à atualmente em circulação. Conta, também, com alguns exemplares internacionais, embora em menor número. A coleção ilustra aspectos da história econômica e política do país.

Histórica: compõe-se por objetos diversos, como brasões do período imperial, instrumentos musicais e utensílios do cotidiano. Parte desse acervo, segundo registros, teria sido adquirida do antigo Liceu de Artes e Ofícios de Florianópolis, em 1924. A coleção é um importante testemunho da vida social e cultural em diferentes épocas.

• Bibliográfica

O Museu possui um acervo bibliográfico significativo, composto por volumes, livros, monografias, periódicos, revistas, jornais, artigos científicos, relatórios técnicos e arquivos digitais. Muitos dos livros mais antigos foram adquiridos juntamente à coleção Berenhauser, mas a maior parte desse material é oriunda das pesquisas realizadas pelo Pe. Rohr. Além disso, o acervo inclui obras relacionadas às temáticas abordadas pelas coleções do Museu, formando um rico conjunto de fontes para estudos e pesquisas.

• Arquivística

O acervo arquivístico do Museu é, em grande parte, composto pela produção gerada pelo Pe. Rohr, entre os anos de 1959 e 1984. Esse material está organizado em seções temáticas, facilitando o acesso e a consulta das informações.

Administrativo histórico: refere-se à documentação ligada à parte administrativa do Museu, abrangendo registros de sua gestão ao longo do tempo.

Iconográfico: composta, principalmente, por fotografias das pesquisas realizadas pelo Pe. Rohr, com ênfase nos trabalhos de campo, nos objetos de interesse para o Museu e em momentos do cotidiano institucional. Esse arquivo visual é um importante testemunho das atividades de pesquisa.

Arquivo pessoal Pe. Rohr: inclui correspondências, diplomas, certificados e outros documentos pessoais, refletindo a trajetória acadêmica e profissional do Pe. Rohr, bem como seu envolvimento com o Museu e as coleções.



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

Arquivo de pesquisas Pe. Rohr: contém diários de campo, croquis, rascunhos de relatórios e artigos, além de outros materiais produzidos durante as pesquisas e o trabalho de campo do Pe. Rohr; esse acervo é essencial para compreender os métodos e as descobertas científicas que fundamentaram o desenvolvimento das coleções do Museu.

7.3.3 Aquisição e descarte

O Museu não conta com um documento específico apenas para aquisição e descarte, mas suas normativas encontram-se expressas em um ponto da Política de Gestão de Acervos institucional, a qual deve, periodicamente, passar por revisões para evitar práticas obsoletas ou que não se enquadrem na tipologia de acervo específico da instituição.

Os objetos a serem adquiridos para incorporação ao acervo do Museu devem estar relacionados às coleções já existentes – museológica, bibliográfica e arquivística. Além disso, deverão ser avaliados e estar em conformidade com as finalidades e os objetivos da instituição. Sua aceitação poderá estar sujeita aos seguintes aspectos: *(i)* proveniência claramente estabelecida; *(ii)* relevância para a coleção; *(iii)* estado de conservação; *(iv)* recursos humanos e financeiros necessários para sua transferência; *(v)* armazenamento, conservação, manutenção e exposição; *(vi)* consequências da transferência e do deslocamento do objeto de seu contexto original, sobretudo quando houver incompatibilidade de fatores climáticos ou prejuízos e danos causados pelo transporte.

O Museu não poderá adquirir bens quando existirem indícios de que a sua obtenção tenha envolvido destruição ou deterioração não autorizada, não científica ou intencional de monumentos antigos ou locais arqueológicos. Não serão aceitas doações com restrições específicas ou condicionantes de nenhuma natureza.

Com relação ao descarte os procedimentos seguem três padrões:

- **desinteresse:** quando algum objeto ou objetos que fazem parte do acervo do Museu, de alguma forma, não atenderem mais aos objetivos da instituição, será realizado o processo de descarte. As unidades do acervo descartadas por desinteresse poderão ser destinadas, por meio de contrato de comodato, permuta ou transferência, a instituições museológicas, de pesquisa ou ensino;

- **deterioração:** quando algum objeto ou objetos que fazem parte do acervo do Museu, de alguma forma, encontrarem-se em condições de deterioração irreparável, impossibilitando sua preservação, será realizado o processo de destruição;

- **desaparecimento:** caso seja constatado o desaparecimento de uma unidade do acervo do Museu ou sejam detectados sinais de arrombamento nos espaços de guarda do acervo, a equipe do Museu deverá comunicar o fato por escrito, imediatamente, à Direção-geral do Colégio Catarinense, com registros em fotos, vídeos ou outro meio disponível. No caso de desaparecimento de acervo arqueológico tombado, a Direção-geral do Colégio Catarinense deverá comunicar imediatamente a autoridade policial, para abertura de inquérito, seguindo-se a comunicação para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Devido ao grande volume de objetos já presentes no Museu e à necessidade de inventariá-los, no momento, não são aceitos novos objetos. Com relação aos descartes, nos últimos anos, houve a transferência da antiga coleção litúrgica do Museu para o Memorial Litúrgico, idealizado na Igreja do Colégio. Isso aconteceu devido ao desinteresse no material por parte do Museu e à criação de um espaço exclusivo a essa tipologia na Igreja.

7.3.4 Inventário e documentação

A documentação museológica consiste em um conjunto sistemático de procedimentos destinados ao registro, à organização e ao controle das informações relativas aos bens culturais sob a guarda da instituição museológica. Sua finalidade principal é assegurar a preservação da informação sobre os objetos do acervo, bem como sua acessibilidade a pesquisadores e ao público em geral.

Segundo Botallo (1996, p. 291), a documentação museológica envolve:

[...] coleta, triagem, organização, controle, armazenagem, recuperação e divulgação dos registros que possam servir de base para o desenvolvimento dos trabalhos de caráter curatorial e sua extroversão através das exposições relativas às coleções que o museu abriga.

Assim, o Programa de Documentação Museológica é responsável pelo planejamento, pela implementação e pelo gerenciamento de toda a documentação gerada pelas atividades da instituição, garantindo a rastreabilidade e a integridade das informações associadas aos bens culturais.

No contexto desta instituição, o primeiro passo no processo de documentação dos acervos é a realização de inventários das diferentes coleções. Essa etapa é fundamental para o controle dos objetos e para uma melhor compreensão das demandas e necessidades institucionais.

Para apoiar esse processo, foi realizada uma pesquisa interna, visando identificar tentativas anteriores de inventário ou registro dos objetos. Durante essa investigação, foram encontradas fichas antigas de peças do acervo arqueológico (especialmente de objetos líticos), além de listagens parciais relativas aos acervos etnológico e da zoologia (animais taxidermizados). Essas iniciativas anteriores servirão de base para a organização das informações atuais e contribuirão para a construção do histórico dos objetos.

Atualmente, o inventário está sendo realizado por meio de um sistema interno e provisório, baseado em planilhas eletrônicas (Excel). Esse procedimento visa à identificação básica dos objetos e à estruturação das informações essenciais de cada coleção. A sistematização por meio de planilhas permite identificar os campos informacionais necessários à catalogação definitiva, considerando as especificidades de cada tipologia de acervo.

A instituição está em fase final de parametrização e testes do sistema Pergamum Museum, que será utilizado para a catalogação definitiva. A escolha desse sistema deve-se ao fato de o Colégio já possuir acesso à plataforma, atualmente empregada na Biblioteca Infantil, na Biblioteca Central e no Arquivo Histórico digital da escola. Isso também possibilitará melhor integração com outras unidades da instituição mantenedora.

7.3.5 Conservação dos acervos

Esta seção apresenta os critérios gerais adotados pelo Museu no que diz respeito às práticas de conservação e restauração das coleções, com ênfase na identificação de agentes de risco, aplicação de medidas de mitigação, monitoramento contínuo e definição de prioridades para intervenções.

O Museu realiza exclusivamente ações de conservação preventiva, voltadas à preservação das condições físicas dos bens culturais, com foco na estabilização dos fatores de risco e na manutenção do estado de conservação dos objetos. Em casos que exigem intervenções curativas ou restaurativas, os procedimentos são executados por profissionais especializados contratados para cada situação ou os objetos são encaminhados a laboratórios externos, com competência técnica reconhecida.

A maioria dos bens do acervo encontra-se em estado de conservação classificado entre bom e regular. Contudo, alguns objetos, especialmente os pertencentes às coleções de ciências naturais e ao acervo bibliográfico antigo, demandam atenção e cuidados adicionais, sendo priorizados conforme critérios de fragilidade e relevância histórica ou científica.

• **Principais agentes de risco:** os principais agentes de deterioração identificados no museu são variações de temperatura e umidade relativa ao longo do ano, bem como forças físicas. Esses fatores representam riscos constantes e exigem estratégias de mitigação contínua.

• **Manuseio e acondicionamento:** o manuseio dos acervos é realizado com os cuidados específicos exigidos por cada tipologia de material, sempre utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas, máscaras, óculos de proteção e jalecos. O processo de acondicionamento dos objetos encontra-se em fase de atualização para parte das coleções, com adoção preferencial de caixas de polipropileno ou poliondas; forração com plástico bolha ou manta acrílica; sacos tipo *zip-lock* para objetos de pequeno porte, quando viável. Todos os materiais acondicionados são devidamente identificados e organizados.

• **Reserva técnica:** os objetos armazenados na Reserva técnica passam por vistorias periódicas de observação, especialmente antes e depois de serem utilizados em pesquisas. Antes de sua inclusão em exposições ou em processos de empréstimo/comodato, os objetos devem, obrigatoriamente, passar por (i) higienização básica; (ii) intervenções preventivas de pequeno porte, se necessárias; (iii) avaliação do estado de conservação. Caso seja identificada a necessidade de intervenção especializada, o objeto é encaminhado para laboratórios técnicos de conservação e restauração.

• **Exposições:** os objetos em exposição são submetidos a vistorias semanais de observação, com foco na identificação de alterações visuais ou estruturais. A limpeza dos objetos expostos é realizada semestralmente, utilizando técnicas e materiais adequados a cada tipo de acervo.

• **Organização e priorização:** as coleções são organizadas por tipologia de material. A priorização das ações de conservação é orientada por dois critérios principais, a saber: (i) grau de fragilidade física dos objetos; (ii) relevância histórica, científica ou simbólica dos bens.

7.3.6 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Revisão da Política de Gestão de Acervos.	Cronograma: 2025/2026
Diretriz 2	Elaboração da Política de Aquisição e Descartes de Acervos.	Cronograma: 2026
Diretriz 3	Revisão dos documentos administrativos dos acervos (termos de empréstimo, descarte, transferência, doação, laudo de conservação).	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 4	Criar estratégia para monitoramento das condições climáticas dos espaços do Museu.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Higienização e acondicionamento dos acervos não organizados durante o processo de diagnóstico e revisão dos que passaram por ele.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 6	Organização e digitalização do acervo arquivístico.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 7	Inventário das coleções do antigo Museu (geologia e fósseis, numismática, zoologia, etnologia, malacologia e histórica).	Cronograma: iniciado em 2024

Projeto 1	Inventário da coleção arqueológica. Objetivo: inventariar a coleção arqueológica do Pe. João Alfredo Rohr. Objetivos específicos: <i>(i)</i> identificar os objetos pertencentes à coleção, dividindo-os em sítios arqueológicos; <i>(ii)</i> analisar as características e o estado de conservação dos objetos; <i>(iii)</i> criar forma de controle dos objetos.	Cronograma: a partir de 2025
Projeto 2	Catálogo dos acervos no sistema Pergamum. Objetivo: catalogar os acervos no sistema informatizado Pergamum. Objetivos específicos: <i>(i)</i> inserir dados referentes aos diferentes acervos na plataforma; <i>(ii)</i> utilizar a plataforma como forma de controle dos objetos; <i>(iii)</i> disponibilizar os acervos catalogados aos públicos, por meio da consulta à plataforma.	Cronograma: a partir de 2025
Projeto 3	Revelação e conservação de negativos. Objetivo: realizar a revelação e melhor conservação dos negativos referentes às fotos do trabalho do Pe. Rohr. Objetivos específicos: <i>(i)</i> organizar os negativos de fotografias referentes ao trabalho do Pe. Rohr; <i>(ii)</i> criar ações de conservação específicas para esse material; <i>(iii)</i> revelar os negativos para compor o acervo iconográfico do Museu; <i>(iv)</i> catalogar os negativos e as fotografias reveladas no Pergamum.	Cronograma: a partir de 2026

7.4 Programa de Exposições

O Programa de Exposições tem como objetivo abranger “a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração.”¹

As mostras e exposições são, de longe, as partes mais populares dos museus. É onde acontece um contato direto entre os visitantes e os acervos. É aqui que qualquer pessoa, independentemente da idade, condições social e econômica, sozinha ou como parte de um grupo, tem a oportunidade e o espaço para ver o “objeto real”, e, com o auxílio de certas técnicas de exposição, se comunicar ou interagir com ele. Belcher (1991) escreveu muito claramente que “Apenas a exposição fornece um contato controlado com o objeto real, autêntico, e é isso que faz as exposições em museus tão vitalmente importantes” (HERREMAN, 2015. p. 74).

O Museu é um importante espaço cultural, portanto, levando em consideração que as exposições são um dos pontos de encontro com seus públicos, elas devem ser cuidadosamente pensadas, resultando-se de um processo de investigação e trabalho coletivo de diferentes setores. O setor acadêmico é responsável pela mediação, o setor de Conservação é essencial para a preservação dos acervos, enquanto o setor de Mídia e Comunicação é quem se encarregará de divulgar as ações do Museu.

A exposição de um museu é essencialmente uma forma de comunicação visual. Ela alcança isso através dos objetos e das obras de arte, auxiliada pelo uso de gráficos e informações escritas sob a forma de painéis de texto, legendas e sinalizações. O objetivo definitivo de ser comunicar a mensagem da mostra ou exposição em uma linguagem visual e escrita clara e precisa, fácil de entender em quaisquer níveis de interpretação pretendidos, simplesmente como um bom jornal ou revista (HERREMAN, 2015. p. 82).

As exposições podem ser de curta ou longa duração ou, ainda, itinerantes. Sua realização deve ser aprovada pela Direção-geral, especialmente devido à necessidade de planejamento financeiro. Outro aspecto fundamental no planejamento de exposições é a acessibilidade, uma vez que é imprescindível garantir que as mostras sejam inclusivas e possam atender às necessidades de públicos diversos.

• **Exposições de longa duração:** as exposições de longa duração devem destacar os acervos mais relevantes para o Museu, alinhando-se à sua missão institucional. Apesar de sua permanência prolongada, é essencial que, sempre que possível, haja a rotatividade dos objetos expostos, conferindo dinamismo à mostra e contribuindo para o controle de conservação dos acervos.

• **Exposições de curta duração:** as exposições de curta duração são aquelas com maior dinâmica em relação à diversidade de temas e propostas a serem exploradas. Elas também possibilitam uma divulgação mais intensa, o que pode beneficiar o Museu e atrair diferentes públicos não anteriormente atingidos. Elas abrem possibilidades para discussões de temas mais abrangentes e são um ponto de interesse na utilização de meios expositivos diversos, tornando cada mostra única.

• **Exposições itinerantes:** permitem a descentralização das ações do Museu, levando o acervo a diferentes localidades e alcançando públicos que, de outra forma, não teriam acesso à instituição. São ferramentas importantes de divulgação, mas exigem planejamento rigoroso. Certos acervos, como a coleção de Zoologia, são particularmente delicados; outros, como a coleção Arqueológica, por serem tombados, requerem cuidados específicos com preservação, transporte, segurança e autorização do IPHAN – órgão responsável pela fiscalização dos bens culturais. Por isso, o impacto das exposições itinerantes deve ser cuidadosamente avaliado, considerando seus benefícios e desafios.

7.4.1 Exposições do Museu

O espaço expositivo é dividido em áreas temáticas, e seu formato amplo, em “L”, oferece diversas possibilidades de disposição. No entanto, é necessário um planejamento cuidadoso quanto à disposição dos objetos e das vitrines, uma vez que o telhado possui uma parte mais baixa nas laterais, o que limita a organização em algumas áreas.

A disposição atual das exposições segue parcialmente a organização proposta pelo Pe. Pedro Ignácio Schmitz, em 1998, durante a reorganização do espaço, após alguns anos de fechamento ao público. Desde então, diversas modificações foram realizadas ao longo dos anos, sempre com o intuito de requalificar e otimizar a utilização do espaço expositivo. O mobiliário, original da década de 1960, caracteriza-se por peças de grande porte e difícil mobilidade, o que, por vezes, limita a flexibilidade na reorganização dos espaços. O espaço expositivo é dividido em dois setores principais:

• **Arqueologia:** a exposição de arqueologia é um dos principais atrativos do Museu, funcionando como o ponto central da instituição, responsável por atrair o maior número de visitantes. O acervo reúne objetos provenientes de diversas regiões do estado de Santa Catarina, datados de períodos que variam de 8.000 a 400 anos antes do presente (A.P.). Esse acervo é fruto do trabalho pioneiro do padre jesuíta João Alfredo Rohr, cuja busca pela preservação e divulgação dos conhecimentos sobre os povos originários de Santa Catarina, especialmente os habitantes do litoral, resultou em um acervo significativo. Um dos destaques dessa coleção é o estudo e a preservação do povo sambaqueiro, que dá nome ao Museu. O ponto de maior curiosidade dos públicos nessa exposição são os sepultamentos humanos, que, devido ao processo de cimentação realizado no momento da escavação, permitiram a preservação integral dos sepultamentos em seu formato original. Esse tipo de acervo exige um cuidado ético rigoroso na sua exibição, dado seu caráter sagrado e sensível.

¹BRASIL, Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Presidência da República: Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm



As exposições de restos mortais e material de significado sagrado deve ser feita de maneira coerente com padrões profissionais e, onde conhecido, levar em conta a comunidade e os grupos étnicos e religiosos dos quais os objetos se originaram. Tal material deve ser apresentado com grande discernimento e respeito aos sentimentos de dignidade humana mantidos por todos os povos (LEWIS, 2015. p. 10).

- Coleções diversas: além da exposição Arqueológica, o Museu também exibe objetos provenientes de outras áreas do conhecimento, como Etnologia, Geologia e fósseis, Numismática, Malacologia e Zoologia. Esses acervos despertam grande curiosidade e apresentam um caráter mais dinâmico, facilitando tanto o manuseio quanto a reorganização e troca das mostras.

7.4.2 Cronograma de exposições

Embora as coleções diversificadas proporcionem uma maior flexibilidade na organização das exposições, o Museu ainda não possui um cronograma regular para a atualização das mostras. Isso resulta em um espaço expositivo, especialmente na área de Arqueologia, que tende a ser relativamente estático. Pequenas modificações ocorrem periodicamente, principalmente na disposição dos objetos das coleções não arqueológicas. Recentemente, a remoção da coleção litúrgica gerou um novo espaço, que está sendo gradualmente preenchido com novos itens e exposições.

É evidente que, para tornar o espaço expositivo mais dinâmico e atrativo, é necessário implementar um planejamento que preveja mudanças mais frequentes nas mostras. A rotatividade de objetos, especialmente nas coleções que não exigem cuidados tão rigorosos de preservação, contribuirá para uma experiência mais diversificada e estimulante para os visitantes, ao mesmo tempo em que mantém o acervo em constante renovação e valorização.

7.4.3 Avaliação das exposições

É de interesse que a avaliação do impacto das exposições seja realizada periodicamente, a fim de analisar sua eficácia em termos de educação, conservação e acessibilidade. Indicadores como visitação, *feedback* dos públicos e o estado de conservação dos objetos expostos serão fundamentais para ajustar e aprimorar continuamente as ações do espaço.



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

7.4.4 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Desenvolvimento de um programa de exposições.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 2	Propostas de exposições temporárias.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 3	Revisar e produzir a tradução de textos e legendas.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 4	Buscar possibilidades para o uso de novos recursos expográficos para tornar o espaço mais dinâmico.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Avaliação das exposições e seu impacto junto aos públicos.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 6	Tornar as mostras acessíveis virtualmente.	Cronograma: a partir de 2026
Projeto 1	<p>Requalificação da exposição de longa duração.</p> <p>Objetivo: requalificar a exposição de longa duração.</p> <p>Objetivos específicos: (i) atualizar o circuito, legendas e objetos da exposição de longa duração; (ii) incluir novas ferramentas expositivas, como plotagens, material tecnológico e pontos de acessibilidade na exposição; (iii) contar a história dos povos originários de maneira mais acessível para os diferentes públicos.</p>	Cronograma: a partir de 2027

7.5 Programa de Comunicação

O Programa de Comunicação do Museu do Homem do Sambaqui e suas coleções visitáveis constitui uma estratégia estruturada com o propósito de estabelecer uma comunicação eficaz, coesa e institucionalmente alinhada entre o Museu e seus diversos públicos. A proposta visa não apenas à promoção da imagem do Museu, como também ao fortalecimento de sua identidade institucional e de seu papel como agente educativo e cultural.

Especificamente, esse programa tem como diretriz comunicar, de forma clara e contínua, os valores da filosofia educacional jesuíta, centrada na busca pela excelência humana e acadêmica, na formação integral dos indivíduos e no compromisso com a justiça social. Tais princípios orientam as ações museológicas, educativas e de comunicação, assegurando que o conteúdo transmitido seja consistente com a missão da instituição mantenedora.

A estratégia de comunicação busca, ainda, consolidar uma relação de confiança e transparência com os públicos internos e externos – incluindo a comunidade escolar (alunos, famílias, educadores e funcionários), visitantes eventuais e parceiros institucionais. Além disso, objetiva divulgar atividades, exposições e projetos desenvolvidos, valorizando o legado do Pe. João Alfredo Rohr, idealizador e responsável pela criação do Museu do Homem do Sambaqui há mais de 60 anos.

O programa contempla, de acordo com o Decreto Federal nº 8.124/2013, ações voltadas para a divulgação e valorização institucional, bem como para a difusão e consolidação da imagem do Museu em âmbito local, regional, nacional e internacional. Sua execução contribui para o fortalecimento da identidade do Museu perante a sociedade, seus parceiros e outras instituições culturais, científicas e educacionais.

Conforme aponta Mork (2015, p. 134), “nas últimas décadas, os museus deram maior ênfase em chamar a atenção de visitantes e, por isso, o marketing tornou-se uma ferramenta essencial de gestão para os museus.” Nesse contexto, a criação de um programa sistemático de comunicação torna-se fundamental, pois amplia a visibilidade do espaço museológico e estreita o relacionamento com os públicos estratégicos.

Atualmente, o Museu carece de um programa de comunicação próprio. As ações de divulgação ocorrem, majoritariamente, por meio da instituição mantenedora e são, em sua maioria, pontuais. A visita ao espaço, muitas vezes, ocorre por indicação informal, seja por frequentadores ou por instituições parceiras, como o Museu de Florianópolis (que mantém em acervo expositivo peças em comodato com o Museu do Homem do Sambaqui) e a Ilha do Campeche, cujos guias turísticos, frequentemente, recomendam o Museu a visitantes interessados pela arqueologia regional.

O setor de Mídia e Comunicação do Colégio é, atualmente, responsável pelas ações de divulgação, sendo fundamental que estas sejam articuladas com a equipe do Museu. Tal articulação visa garantir a precisão das informações veiculadas e o alinhamento estratégico das mensagens.

A definição de públicos-alvo e o planejamento das ações de comunicação devem observar os seguintes princípios, conforme Mork (2015):

- reconhecimento institucional: o público deve identificar o Museu, seu nome, natureza e proposta curatorial;
- compreensão das atividades e serviços: os visitantes devem ter acesso claro às informações sobre exposições, pesquisas, serviços de atendimento, políticas de acesso e outros elementos que possibilitem uma experiência significativa.

Nesse sentido, a comunicação museológica – conceituada por Marília Xavier Cury (2006/2007) como “denominação genérica que envolve a extroversão do conhecimento em museus” – deve ser compreendida como um instrumento estratégico que articula os conteúdos internos do museu com os interesses e as demandas da sociedade. Mesmo a comunicação realizada por meios de massa (rádio, televisão, jornais, mídias digitais, etc.) deve ser planejada de forma integrada, visando à mediação entre o museu e seus públicos e ao fortalecimento de seu papel sociocultural.

7.5.1 Estudo de públicos

Para a formulação de estratégias de comunicação eficazes e alinhadas com os objetivos institucionais, é fundamental que o Museu do Homem do Sambaqui realize um diagnóstico institucional sistemático, com foco na identificação e análise dos seus diferentes públicos – tanto os visitantes habituais quanto os potenciais e aqueles que demandam ações comunicacionais mais específicas.

Conforme Mork (2015, p. 145), “o perfil do usuário também é essencial para a formação da marca do museu”, o que evidencia a importância de se compreender não apenas o volume de visitação, mas também motivações, interesses e expectativas dos visitantes. O estudo aprofundado dos públicos contribui diretamente para o aprimoramento das ações educativas e curatoriais, possibilitando adequações mais precisas às necessidades dos usuários e ao cumprimento da missão institucional.

Diante disso, propõe-se a implementação de um plano estruturado de estudo de públicos, com foco qualitativo e quantitativo, composto pelas seguintes etapas:

1. Levantamento de dados do público visitante externo: aplicação de formulário simples e acessível, com coleta de informações como nome (opcional), cidade/estado/país de origem, motivo da visita, área(s) de interesse (arqueologia, história local, educação patrimonial, etc.)

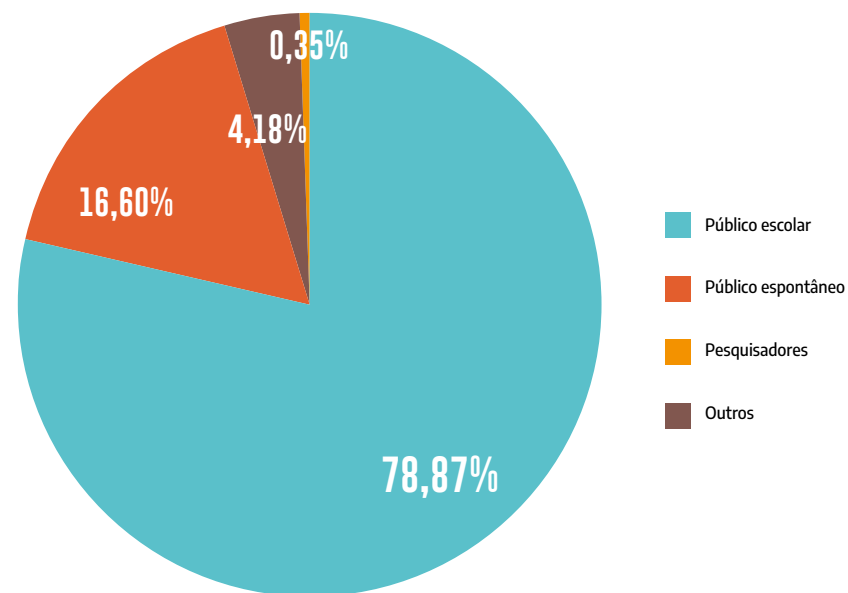
2. Pesquisa de satisfação e percepção de qualidade: distribuição de *QR Codes* em locais estratégicos do Museu, incentivando os visitantes a responderem a um questionário de avaliação sobre qualidade das exposições, acessibilidade e adequação do espaço físico, clareza das informações oferecidas, atendimento da equipe técnica e educativa e experiência geral da visita. Os dados coletados permitirão aferir indicadores de desempenho e orientar ações de melhoria contínua.

3. Mapeamento de públicos difusores de informação: identificação e sistematização de dados de

interlocutores-chave, como representantes da imprensa e veículos de mídia local/regional, guias turísticos, lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil e instituições parceiras (escolas, universidades, outros museus, etc.).

Atualmente, a instituição realiza um monitoramento básico dos públicos, limitado à quantificação de visitantes e ao levantamento superficial de seus perfis, conforme ilustrado em gráficos apresentados a seguir. No entanto, esse modelo carece de profundidade analítica e limita o potencial de tomada de decisão estratégica baseada em evidências.

Portanto, a adoção de metodologias mais abrangentes e sistematizadas para o estudo dos públicos representa um passo essencial para o fortalecimento da comunicação institucional, o aprimoramento das práticas museológicas e o estreitamento da relação entre o museu e a sociedade.



Públicos – 2022 até 2024
Público total (somando todos os públicos) – 14718 pessoas

A análise do gráfico referente aos diferentes segmentos de público do Museu revela que a maior parte dos visitantes é composta por grupos escolares, os quais representam 78,87% do total. Esse dado reforça a relevância das visitas escolares como o principal canal de interação entre o museu e a comunidade, evidenciando sua função consolidada como instrumento de apoio à educação formal e como recurso pedagógico e cultural.

O público espontâneo, caracterizado por visitantes que não estão vinculados a instituições educacionais ou projetos de pesquisa, corresponde a 16,60% do total. Esse índice indica uma participação relevante de indivíduos que visitam o Museu por iniciativa própria, demonstrando que o espaço exerce certo grau de atratividade junto ao público geral, embora em proporção inferior ao público escolar. Esse grupo tende a ser impactado por ações de comunicação, eventos culturais ou iniciativas que promovam o Museu como espaço de lazer, cultura e experiência, dessa forma, é essencial criar projetos que abranjam esses diferentes tipos de atividades para atingir tal público de maneira ainda mais significativa.

Os pesquisadores representam apenas 0,35% do público registrado, o que, embora numericamente modesto, sugere a presença de um segmento que pode ser mais bem explorado. Considerando que o Museu é procurado para investigações em diversas áreas do conhecimento, esse percentual aponta para uma oportunidade estratégica de ampliação da atuação do Museu como centro de referência acadêmica. Iniciativas como a criação de acervos especializados, a promoção de programas de incentivo à pesquisa e o estabelecimento de parcerias com diferentes instituições, como as de ensino superior, por exemplo, poderiam contribuir significativamente para a ampliação desse perfil de público.

O grupo classificado como "Outros", que compreende 4,18% do total, provavelmente heterogêneo, inclui visitantes de instituições sociais, participantes de eventos pontuais ou indivíduos com interesses específicos. Apesar da baixa representatividade, esse segmento evidencia a existência de outras categorias de público ainda não plenamente identificadas ou compreendidas, apontando para a necessidade de uma análise mais aprofundada, com vistas à diversificação da programação e oferta museológica.

Em síntese, o gráfico evidencia o êxito do Museu em atrair o público escolar, ao mesmo tempo em que sinaliza a necessidade de estratégias específicas, voltadas à ampliação da participação de pesquisadores e do público espontâneo. A diversificação do perfil de visitantes constitui um passo fundamental para a consolidação do Museu como espaço cultural inclusivo e plural.

Nesse contexto, destaca-se o desafio de tornar o Museu mais atrativo para o público residente em Florianópolis e nas regiões próximas. Embora os turistas demonstrem interesse, a mobilização dos moradores locais permanece limitada. Portanto, torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações de comunicação específicas, voltadas para esse público, com foco na valorização do Museu

enquanto parte integrante da identidade cultural da cidade.

Para tanto, é importante a intensificação das estratégias de divulgação institucional, aproveitando os canais já utilizados pelo Colégio Catarinense – como redes sociais, o *site* institucional e parcerias com outras instituições de ensino –, bem como o envio de *releases* à imprensa, destacando novidades do acervo e exposições em cartaz. Tais iniciativas poderão ampliar o alcance do Museu e fortalecer sua presença junto à comunidade local e regional.

7.5.2 Ações de comunicação e difusão

Atualmente, o Museu está integrado ao *site* institucional do Colégio Catarinense por meio de uma aba dedicada, que passou recentemente por atualizações de conteúdo e identidade visual. Essas melhorias incluíram a renovação da logomarca, desenvolvida em parceria com o setor Acadêmico do Colégio, com a participação ativa de alunos da 1ª e 2ª série do Novo Ensino Médio.

Para a divulgação das atividades realizadas no espaço museológico, bem como para a produção de conteúdo em datas comemorativas, são utilizadas as redes sociais institucionais do Colégio, uma vez que o Museu ainda não dispõe de perfis próprios. Essa estratégia também contribui para reforçar o vínculo do Museu como um setor integrado à estrutura escolar.

Contudo, há uma demanda urgente pela revisão do folder institucional de divulgação, cuja identidade visual está desatualizada, além da necessidade de reestruturação textual. Os textos devem ser reformulados para tornarem-se mais atrativos e informativos, especialmente no que se refere às coleções disponíveis, às exposições abertas à visitação e ao potencial pedagógico do espaço para escolas da comunidade.

Considera-se, ainda, como uma alternativa estratégica, a criação de perfis próprios do Museu nas redes sociais, em parceria com o Colégio Catarinense, a fim de ampliar sua presença digital e fortalecer a comunicação com o público externo. Nos últimos anos, o Museu participou de reportagens televisivas, abordando tanto aspectos arqueológicos e históricos quanto ações de divulgação do espaço. Além disso, esteve presente em transmissões ao vivo (*lives*) em plataformas digitais, com o objetivo de apresentar seu trabalho e dialogar com o público sobre a trajetória de seu idealizador.

7.5.3 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Revisão do folder da instituição.	Cronograma: 2026
Diretriz 2	Divulgação de ações museológicas e sobre o acervo.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 3	Proposição de maneiras de uso de redes sociais para atingir os diferentes públicos.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 4	Criação de lista de parceiros para ações de comunicação.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Parceria com as disciplinas eletivas do Novo Ensino Médio para a produção de conteúdo midiático.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 6	Disponibilizar “livro de sugestões” para os visitantes.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 7	Pesquisa com os visitantes.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 8	Campanha publicitária sobre o Museu e suas maravilhas.	Cronograma: a partir de 2026

7.6 Programa Educativo e Cultural

O Programa Educativo e Cultural do Museu deve ser concebido como uma prática dinâmica e interativa, fundamentada na troca de conhecimentos entre o acervo e os visitantes. Esse programa desempenha um papel fundamental na mediação cultural e na criação de oportunidades educativas, sendo essencial que as ações se alinhem à proposta conceitual da instituição, ao mesmo tempo em que atendem à diversidade de públicos e contextos sociais com os quais o Museu interage.

A efetividade de um programa educativo depende não apenas de uma execução cuidadosa, mas também da análise contínua do estado atual das atividades desenvolvidas. A formação de uma equipe capacitada, a integração com outros setores do Museu e a construção de parcerias com a comunidade e instituições externas são fundamentais para a sustentabilidade e o impacto das ações educativas.

De acordo com o Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº 11.904/2009, os museus devem "promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação" (BRASIL, 2009, art. 29). Essa diretriz legal reforça a importância de programas educativos bem estruturados, integrados à missão institucional do Museu.

7.6.1 O papel educativo dos museus

Os museus contemporâneos deixaram de ser apenas locais de guarda e exposição de objetos antigos para tornarem-se espaços de aprendizagem, participação social e construção de conhecimento. Essa mudança de paradigma faz com que o papel educativo dos museus ganhe destaque como ferramenta de inclusão cultural e formação cidadã.

Segundo Chagas (2003), o museu é um espaço de mediação cultural, onde o visitante interage com o acervo e produz significados próprios. Nesse sentido, a educação museal é entendida como uma prática dialógica, que ultrapassa a simples transmissão de informações e estimula a reflexão crítica. Essa abordagem rompe com a visão tradicional do museu como lugar elitista e distante do público.

A legislação brasileira reconhece esse papel. O Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009) estabelece que uma das finalidades dos museus é "promover a educação, a investigação e a fruição cultural" (BRASIL, 2009). Assim, ações educativas devem ser planejadas e executadas de forma contínua, alcançando diferentes públicos, com ênfase na acessibilidade e na diversidade.

As práticas educativas nos museus incluem visitas mediadas, oficinas, cursos, projetos com escolas, entre outras atividades. Essas ações não apenas contextualizam o acervo, como

também aproximam os visitantes das temáticas abordadas, promovendo o diálogo entre passado e presente. É importante destacar que a mediação não é neutra, mas carregada de intencionalidades pedagógicas e até mesmo políticas.

Portanto, o papel educativo dos museus é essencial para sua função social. Ele amplia o acesso ao conhecimento, estimula o pensamento crítico e fortalece o vínculo entre o indivíduo e o patrimônio cultural.

7.6.2 Estrutura e planejamento das atividades

É importante que, além da promoção básica de acesso à cultura, prevista no Estatuto de Museus, as ações educativas busquem cumprir outros três pontos básicos:

- **incluir a diversidade de públicos:** o Museu deve planejar suas ações de forma a atender a diferentes perfis de público, desde crianças e jovens até grupos em situação de vulnerabilidade social, com adaptações para pessoas com deficiência;
- **desenvolver o pensamento crítico e interpretativo:** as atividades educativas devem ser pensadas para estimular a reflexão crítica dos visitantes, proporcionando um ambiente que favoreça o questionamento e a análise interpretativa do acervo;
- **fortalecer a identidade cultural e social:** a partir de um trabalho educativo integrado, o programa visa reforçar a conexão dos visitantes com sua identidade cultural e histórica, promovendo um senso de pertencimento e cidadania.

Para a construção de um programa educativo eficaz, é necessário que o planejamento considere as características sociodemográficas dos públicos-alvo e a flexibilidade para adaptar as atividades conforme a faixa etária e o contexto social dos visitantes. As ações educativas devem ser baseadas em métodos participativos e inclusivos, buscando integrar grupos de diferentes origens sociais, culturais e econômicas.

O planejamento das atividades deverá ser pautado por princípios de sustentabilidade, com alinhamento às diretrizes do Colégio Catarinense, como exemplificado pelo programa Lixo Zero. Além disso, é essencial que as atividades educativas integrem os valores e a missão do Museu, considerando a importância de trabalhar a preservação ambiental e a educação patrimonial de forma conjunta (LOPES, 2005).

No momento, não há nenhuma estruturação formal das ações educativas, observa-se uma atuação pontual, ainda não fundamentada por uma concepção teórica, embora o acervo seja comunicado ao público conforme a vocação temática da instituição. As ações educativas em vigor buscam estimular o pensamento crítico e interpretativo, ainda que de forma incipiente, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento metodológico e técnico.

A ausência de um setor educativo e cultural formalizado, bem como a inexistência de



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

um espaço físico dedicado a essas atividades limita o potencial de expansão e sistematização das ações. Atualmente, a equipe envolvida na execução das atividades educativas é composta por quatro profissionais – dois estagiários, uma museóloga e um analista –, todos acumulando outras funções, o que compromete a continuidade e a especialização das ações.

Apresenta-se, portanto, a necessidade de conceber ações diversificadas e integradoras, que alcancem públicos para além das tradicionais visitas às exposições. Tais ações devem promover uma aproximação mais profunda com a comunidade, incentivando sua participação ativa por meio de iniciativas como a divulgação de pesquisas por especialistas, rodas de conversa, seminários e outras atividades afins.

7.6.3 Visitas

O Museu do Homem do Sambaqui oferece quatro modalidades distintas de visita: visitas escolares programadas, visitas orientadas, visitas espontâneas e visitas técnicas. Essas ações fazem parte da missão institucional de promover e difundir o legado do trabalho pioneiro do Pe. João Alfredo Rohr, S/, atendendo às demandas do público e cumprindo a função educativa prevista nas legislações culturais e museológicas vigentes.

•**Visitas escolares programadas:** destinadas a instituições de ensino e grupos organizados, essas visitas são conduzidas por um mediador da equipe do Museu, que acompanha os visitantes ao longo do percurso principal, com exceção de setores não relacionados à temática da visita. Os roteiros e as atividades são adaptados, conforme o perfil e a faixa etária do grupo, abrangendo escolas, universidades e instituições sociais.

Público-alvo: estudantes.

Duração: em média, 45 minutos.

Agendamento: obrigatório.

•**Visitas orientadas:** essa modalidade contempla visitantes espontâneos, interessados em um aprofundamento temático das exposições. Um educador do Museu realiza a mediação, por meio de diálogo com os participantes, abordando conteúdos específicos e promovendo reflexões sobre o acervo.

Público-alvo: visitantes individuais ou em pequenos grupos.

Duração: variável, conforme o interesse do visitante e a agenda do educador.

Agendamento: não obrigatório, porém recomendado, devido à disponibilidade de equipe.

•**Visitas espontâneas:** voltadas ao público geral que acessa o Museu sem agendamento prévio, essas visitas ocorrem de forma autoguiada. O visitante é acolhido pela equipe com uma breve introdução sobre os conteúdos e as normas de visita, permanecendo livre para explorar o espaço. A equipe permanece disponível para esclarecimento de dúvidas ao longo da visita.

Público-alvo: todos.

Duração: variável, conforme o interesse do visitante.

Agendamento: não necessário e não inclui mediação contínua.

•**Visitas técnicas:** indicadas para profissionais e representantes de instituições interessadas nos aspectos operacionais, técnicos e estruturais do Museu. A visita é conduzida por um membro da equipe, que apresenta o espaço, compartilha metodologias e esclarece questões específicas.

Público-alvo: profissionais de museus, pesquisadores, gestores culturais e técnicos de instituições afins.

Duração: variável, conforme as necessidades do grupo.

Agendamento: obrigatório, para adequação da agenda institucional e logística interna.

7.6.4 Capacitação e formação da equipe

A formação dos educadores deve ser vista como um processo contínuo e interdisciplinar, com ênfase em áreas como história, arqueologia, museologia e pedagogia, principalmente devido à natureza do acervo principal da instituição. Devemos pensar que a pedagogia fundamentada na reflexão crítica é fundamental para a atuação do educador museal, que deve ter a capacidade de interagir com os visitantes de maneira sensível e respeitosa às diversidades.

Embora as práticas consigam atingir os públicos, são necessários investimentos na qualificação da equipe e na estruturação de um plano de capacitação continuada. A capacitação contínua dos profissionais, em parceria com instituições de ensino e especialistas, contribuirá para o fortalecimento das práticas pedagógicas no Museu e permitirá um atendimento mais eficaz e inclusivo aos diversos públicos.

7.6.5 Avaliação e monitoramento

A avaliação das atividades educativas deve ser estruturada por meio de indicadores claros de resultados, capazes de mensurar o impacto das ações na formação do público e no fortalecimento do vínculo com o acervo do Museu. Atualmente, a documentação das atividades é feita de maneira simples, com registros fotográficos e relatórios descritivos, mas a falta de uma metodologia sistemática de acompanhamento limita a análise mais aprofundada do alcance e dos resultados das ações.

Faz-se necessária a criação de alguma ferramenta que permita a avaliação das ações por parte dos usuários, a fim de que se tenha a real dimensão do alcance das atividades e entendam-se os pontos fracos e de necessidade de melhoria. Dessa forma, é importante pensar na implementação de meios de monitoramento digital que permitam o registro e a análise de dados em tempo real, garantindo mais precisão na gestão do programa educativo e facilitando a adaptação de estratégias conforme os *feedbacks* dos visitantes.

7.6.6 Parcerias e integração com a comunidade

O fortalecimento de parcerias é essencial para o sucesso do programa educativo. O Museu, embora vinculado ao Sistema Estadual de Museus (SEM), ainda não realiza atividades colaborativas significativas com outras instituições culturais, escolas ou organizações da comunidade. Essas parcerias poderiam possibilitar intercâmbios de saberes, capacitação mútua e desenvolvimento de projetos conjuntos, ampliando as possibilidades educativas e culturais oferecidas.

A relação com as escolas é, atualmente, restrita às visitas monitoradas, de modo que não existem projetos contínuos ou ações estruturadas com as instituições de ensino locais. A implementação de projetos educativos de longo prazo, em colaboração com docentes da comunidade, poderia representar uma importante estratégia para o fortalecimento do Museu como centro educativo de referência.

A participação da comunidade na concepção e no desenvolvimento do Programa Educativo e Cultural ainda é incipiente. Para avançar nesse aspecto, recomenda-se fortalecer os vínculos com o Colégio Catarinense e fomentar parcerias com universidades, organizações da sociedade civil, prefeituras e demais agentes culturais locais. A ausência de atividades articuladas ao calendário cultural da cidade também representa uma oportunidade estratégica para ampliar a inserção do Museu no contexto comunitário.

A inclusão social tem sido promovida, em parte, pela gratuidade de ingresso e pela participação de grupos em vulnerabilidade social, como os atendidos pelos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS). No entanto, a acessibilidade ainda é uma área carente de ações voltadas para pessoas com deficiências físicas, visuais, auditivas ou cognitivas, conforme preconiza a Política Nacional de Educação Museal (IBRAM, 2017).

7.6.7 Relação entre o Museu e seu entorno: Colégio Catarinense

A compreensão da relação entre o Museu e a comunidade em seu entorno é essencial para orientar as diretrizes das ações educativas, bem como para identificar e qualificar seus públicos. No caso do Museu do Homem do Sambaqui, localizado nas dependências do Colégio Catarinense, é fundamental analisar a dinâmica entre o espaço museal e a instituição mantenedora, caracterizando a interface museu-escola.

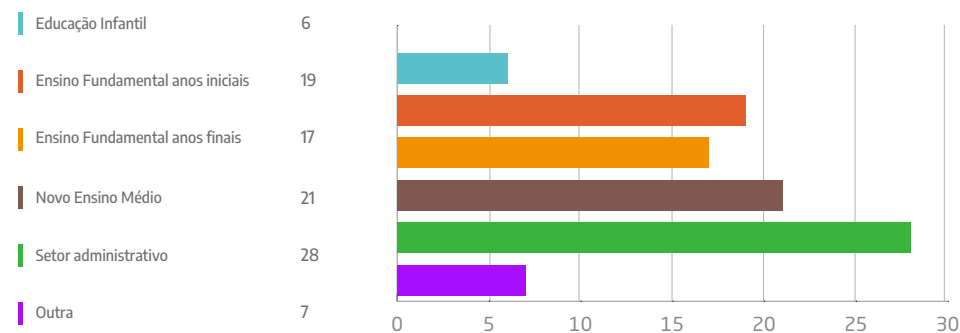
Com o objetivo de mapear essa relação e avaliar o grau de conhecimento e de integração entre o Museu e os diferentes setores da escola, foi aplicado um questionário, enviado por *e-mail* aos colaboradores de todas as áreas do Colégio Catarinense.

A amostra coletada contou com 86 respondentes, oriundos de setores diversos, o que permitiu obter um panorama representativo da percepção institucional sobre o Museu. O instrumento

de coleta, composto por 13 questões, possibilitou identificar o nível de familiaridade dos colaboradores com o Museu, sua participação em ações promovidas pelo espaço e sugestões para aprimoramento da relação interinstitucional. A análise dos resultados revelou pontos fortes e fragilidades no vínculo entre o Museu e a comunidade escolar, fornecendo subsídios importantes para o delineamento de estratégias de fortalecimento interno e de ações mais efetivas de integração. Abaixo, elencam-se as questões e respostas dadas pelos participantes da pesquisa.

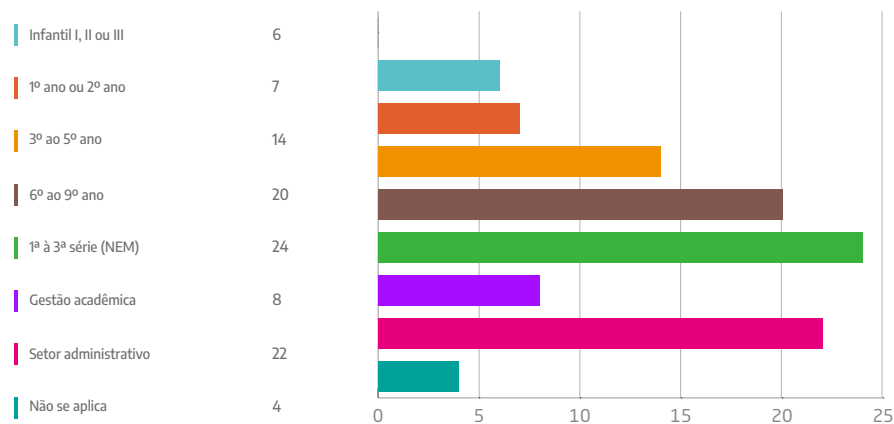
Perfil dos participantes da pesquisa

1. Você trabalha em qual segmento no Colégio Catarinense?



Nessa questão, buscou-se identificar o setor de atuação dos participantes da pesquisa. Conforme evidenciado no gráfico, a maioria das respostas foi proveniente dos setores administrativos, seguindo-se os segmentos educacionais do Novo Ensino Médio, Ensino Fundamental (anos iniciais) e, em seguida, os anos finais. A Educação Infantil apresentou o menor número de participantes, o que pode ser atribuído à quantidade proporcionalmente menor de turmas nesse nível de ensino, em comparação aos demais.

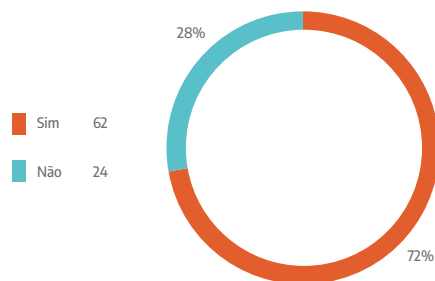
2. Você trabalha em qual etapa de ensino?



Nessa questão, foi possível identificar com mais precisão a etapa de ensino em que atuam os profissionais diretamente envolvidos nas atividades educacionais. Em conjunto com os dados obtidos na questão anterior, essa informação contribui para a construção de um perfil mais detalhado dos participantes que responderam ao questionário, permitindo uma análise mais qualificada da relação entre os diferentes segmentos do Colégio Catarinense e o Museu.

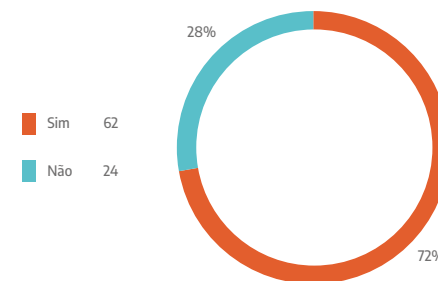
Conhecimento sobre o espaço

3. Você conhece o Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S/ e sua proposta?



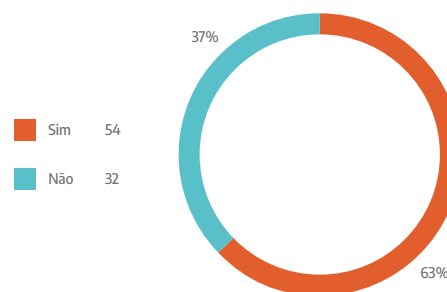
Dos participantes, 72% declararam conhecer o Museu e sua proposta institucional. No entanto, o percentual de 28% afirmou não ter tido contato com o espaço ainda representa um dado relevante, evidenciando a necessidade de ampliar a comunicação e a integração do Museu com determinados setores da instituição.

4. Você conhece a temática do Museu?



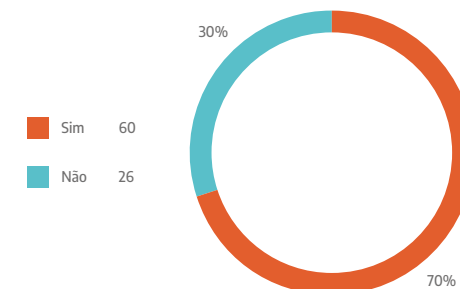
As respostas obtidas mantêm as mesmas porcentagens da questão anterior, o que é consistente, uma vez que ambas as questões estão diretamente relacionadas.

5. Você tem conhecimento sobre os objetos integrantes do acervo do Museu?



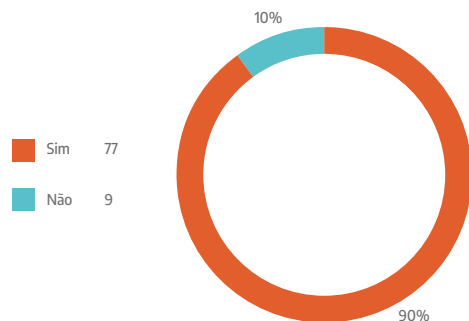
Ao realizar a análise e comparação com as questões anteriores, observa-se uma leve variação nas porcentagens, indicando que, embora haja conhecimento sobre a existência e a temática do Museu, uma parcela significativa dos participantes não está familiarizada com os objetos que compõem o acervo.

6. Você já visitou o Museu?



Observa-se que uma parcela significativa dos colaboradores já visitou o espaço museal. No entanto, ainda existe uma lacuna considerável de pessoas que o Museu precisa alcançar, evidenciando a necessidade de ampliar suas ações de divulgação e engajamento.

7. Você sabe onde está localizado o Museu no Colégio Catarinense?

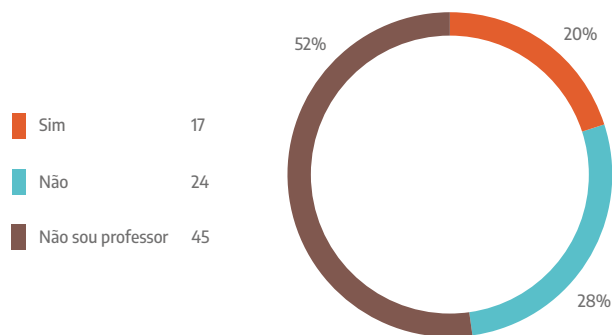


Embora alguns participantes nunca tenham visitado o espaço, é possível observar que 90% têm conhecimento da localização do museu dentro da instituição, indicando uma boa visibilidade do espaço no contexto escolar.

Relação museu-professores

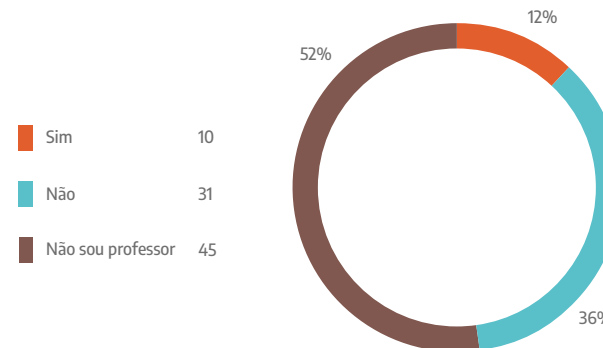
As perguntas 08 a 12 buscam entender o uso do espaço museal e sua relação com os professores do Colégio.

8. Se professor – você já levou turmas ao Museu?



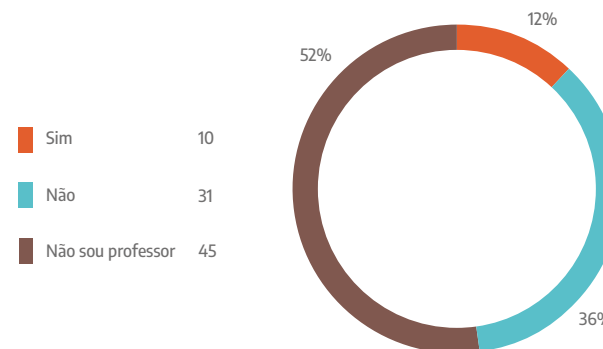
Considerando que 48% dos participantes são docentes, aproximadamente metade deles utiliza o espaço do Museu para atividades pedagógicas, reconhecendo-o como uma ferramenta educativa relevante.

9. Se professor – a visita ao Museu está incluída no planejamento anual de suas atividades pedagógicas?



A quantidade de professores que planeja visitas anuais ao Museu é reduzida. No entanto, observa-se que alguns docentes reconhecem o espaço como um recurso valioso para suas práticas pedagógicas.

10. Se professor – você promove atividades pedagógicas que envolvam o acervo do Museu?



Em relação à pergunta anterior, não houve alterações no gráfico, o que reforça a ausência de um planejamento em longo prazo para ações voltadas ao Museu.

11. Caso tenha respondido “Sim” na questão anterior, descreva as atividades:
Essa era uma pergunta aberta; abaixo, encontram-se reproduzidas algumas respostas:

- “Construção da nova logo do Museu.”

- *“Visitação da exposição Homem do Sambaqui e visitação dos animais empalhados.”*
- *“Quando trabalhamos o conteúdo sobre o homem do sambaqui, como e onde viviam, seus rituais.”*
- *“Eu como professora do turno integral, procuro sempre incluir em nosso projeto um pouquinho da história da ilha, com isso temos bastante informações importantes que nosso museu expõe, e junto com todo conhecimento e orientações que a museóloga trás em nossas visitas, o aprendizado fica ainda mais interessante e completo.”*
- *“Durante o estudo dos assuntos: Documentos históricos; ambiente pré-histórico; animais vertebrados e invertebrados.”*
- *“Trabalhamos com a história de Florianópolis, o museu tem um acervo muito atraente para os educandos, contando a história dos Homens do Sambaqui, Carijós. Eles se apaixonam quando os assuntos abordados em sala estão presentes em materiais concretos do museu.”*
- *“Visita ao museu – Portfólio – animais que encontramos no museu. Qual animal mais interessante. Qual será o animal parecido com o projeto trabalhado.”*
- *“Quando eu era professora em sala de aula regular levava os meus alunos no museu, mas agora não tenho levado. Irei me organizar para levá-los.”*
- *“Como SOP, organizei a visita das turmas de NEM ao museu, para o projeto da criação da logomarca nova.”*
- *“Sempre que possível, levamos os alunos ao Museu para estabelecer a relação do acervo com os nossos conteúdos de estudo: indígenas, instrumentos usados por esses povos, animais...”*
- *“Trabalhamos projetos sobre a formação da cultura brasileira e as profissões”*

12. Existe algum projeto ou atividade que você gostaria de desenvolver com o Museu ou seu acervo? Essa pergunta também era aberta, com algumas das respostas reproduzidas abaixo.

- *“Sim. Pretendo criar um projeto de literatura que possa envolver ao menos uma visita.”*
- *“Na disciplina de arte, a 1º série estuda arte rupestre, a visitação no Museu é importante para que os alunos vivenciem a aprendizagem de fato, além de atrelar a produção de pigmentos naturais com o Laboratório de Ecologia Integral.”*
- *“Costumamos levar as turmas de 2º ano quando estudamos a pré-história e a classificação dos animais.”*
- *“Sim, mas precisaria ter mais informações e conhecimento acerca do acervo e temáticas, para que adaptasse ao currículo.”*
- *“Conhecer mais a história do local, eu sou de fora e moro aqui há pouco mais de 3 anos, sei que tem o museu na escola, mas ainda não conheci. Tenho alunos que chegaram na escola esse ano e ainda não conheceram o museu, o museu iria significar mais as aulas de história e para*

estudantes e seria interessante fazer um projeto com o integral II de conhecer a identidade da ilha, e como na escola tem muita gente que vem de outros estados e países seria muito incrível.”

- *“Gostaria de levar alguns alunos com dificuldades, mas nem sempre os horários são compatíveis.”*
- *“Atividades com a língua inglesa. Ideias: nomenclaturas nas línguas, tempo verbal (presente e passado).”*
- *“Gostaria de desenvolver projetos com as equipes de professores de Ciências da Natureza e Linguagens.”*
- *“Atualmente não enxergo possibilidade ainda, diante do acervo do museu, com relação à minha disciplina.”*

Comentários e sugestões

A pergunta 13, “Deixe um comentário ou sugestão”, visava trazer percepções das pessoas sobre o espaço. Dessa forma, seguem algumas respostas reproduzidas abaixo.

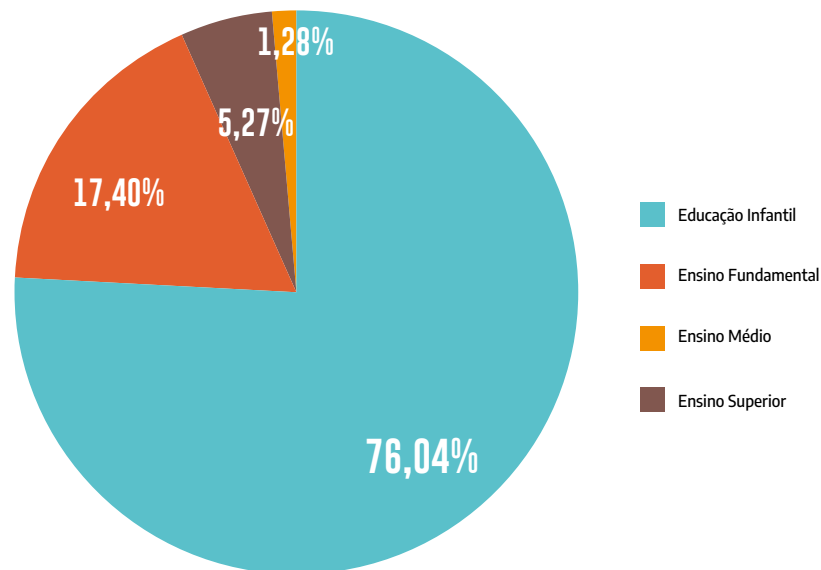
- *“Uma maior visibilidade e acessibilidade para o nosso museu que é tão rico e especial.”*
- *“O museu é um ambiente muito propício a contextualização de diversas temáticas. Penso que a identificação das peças escrita de maneira mais acessível a crianças menores possa contribuir.”*
- *“Uma visita orientada ao museu.”*
- *“A visitação ao museu muitas vezes se torna difícil devido aos horários propostos. Sendo o museu um local dentro do colégio, deveria ser mais fácil.”*
- *“Pela grandeza do museu e seu acervo arqueológico, acredito que uma pequena parte dos colaboradores tiveram acesso e conhecimento dessa estrutura. Então um convite para que todos os colaboradores tivessem oportunidade de conhecer esse espaço, e conhecer a história, seria de enorme valia.”*
- *“Não é toda escola que tem um museu, então acredito que, é possível trabalhar tantas coisas dos registros históricos, da importância da arte nos dias de hoje e qual é objetivo do museu? Isso perpassa desde a educação infantil até os 5º anos.”*
- *“Sugiro que em algum momento de formação seja feito um momento no Museu, para apresentá-lo a todo o corpo docente e administrativo.”*
- *“Penso que falte uma divulgação interna do museu na parte interna da escola. Cartazes, placas indicando a localização, tabela de valores. Um endomarketing mesmo! Para a população de fora da escola sinto que também falta muita divulgação. Temos o Instagram da escola, mas poderíamos ter o do museu. Sugiro que oficinas e cursos sejam oferecidos neste espaço.”*
- *“Acredito que a localização e exposição poderiam ser consideradas a fim de beneficiar uma maior visitação e pesquisa sobre o museu.”*

7.6.8 Estudo de público das ações

O estudo dos públicos do Museu é fundamental para o sucesso das atividades educativas, pois proporciona uma compreensão aprofundada das necessidades de adaptação e adequação das ações institucionais, visando atingir os objetivos propostos para seus diversos públicos. Embora a análise geral dos públicos tenha sido abordada no Programa de Comunicação, segue a análise específica do público escolar, que representa uma parcela significativa dos visitantes. Esse segmento frequenta o Museu, em grande parte, devido às ações educativas promovidas, que são o principal atrativo para sua visita.

7.6.9 Público escolar

O público predominante nas atividades educativas do Museu é o público escolar. Isso se deve à metodologia adotada nas ações, bem como ao alinhamento da temática do Museu com os conteúdos programáticos dos currículos escolares.



A análise dos dados referentes ao público escolar do Museu revela uma predominância significativa de visitas do Ensino Fundamental, seguindo-se o Ensino Médio, enquanto os demais níveis de ensino, como Educação Infantil e Ensino Superior, apresentam números expressivamente menores.

Essa distribuição permite as seguintes inferências:

1. Ensino Fundamental (76,04%): esse grupo representa a maior parte do público escolar, indicando que as atividades educativas do Museu são mais atrativas ou acessíveis para essa faixa etária. Além disso, sugere que o conteúdo e a programação do Museu estão mais alinhados com as demandas curriculares do Ensino Fundamental, facilitando uma maior aproximação entre o Museu e as escolas dessa etapa.

2. Ensino Médio (17,40%): embora seja o segundo maior grupo, o número de visitantes do Ensino Médio é significativamente inferior ao do Ensino Fundamental. Isso pode apontar para a necessidade de revisão das atividades, adaptando-as para atrair mais alunos desse nível. Tais ajustes poderiam envolver a inclusão de conteúdos mais relevantes para o currículo e os interesses dessa faixa etária.

3. Educação Infantil (5,27%): a baixa adesão de visitantes da Educação Infantil pode ser atribuída à complexidade dos temas abordados, que podem não ser adequados para essa faixa etária. Contudo, esse dado sugere uma oportunidade para desenvolver atividades específicas e lúdicas, voltadas para esse público, com abordagens mais interativas. Investir em atividades para a Educação Infantil não apenas diversificaria o público do Museu, como também cumpriria um papel educativo mais abrangente, desde as primeiras etapas da educação formal.

4. Ensino Superior (1,28%): a quase ausência de visitantes do Ensino Superior indica uma lacuna nas ações voltadas a esse público, sugerindo um interesse reduzido de estudantes universitários, possivelmente devido à falta de atratividade na apresentação do acervo ou das atividades do Museu para esse público. Além disso, pode refletir a ausência de parcerias com universidades. Esse dado indica a necessidade de estratégias para aumentar o envolvimento universitário, como o desenvolvimento de parcerias acadêmicas para projetos de pesquisa, seminários e exposições de interesse acadêmico.

Em resumo, o gráfico evidencia a necessidade de aprimorar a atuação do Museu em relação ao público universitário e infantil, ao mesmo tempo em que destaca o sucesso das ações voltadas para o Ensino Fundamental, segmento que domina o cenário de visitas escolares.

Nesse sentido, os dados apontam que o Museu poderá investir em conteúdos mais diversificados e estratégias de captação para o Ensino Médio, Educação Infantil e Ensino Superior, estendendo o alcance e a relevância das atividades educativas para diversos grupos escolares.

7.6.10 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Criar ferramentas para avaliação das ações educativas e seu impacto nos diferentes públicos.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 2	Promoção de oficinas, workshops e seminários para a divulgação dos saberes e interação com os públicos.	Cronograma: a partir de 2027
Diretriz 3	Criar materiais educativos como planos de aula e outros materiais pedagógicos para a complementação do trabalho dos professores em sala de aula.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 4	Buscar novas metodologias para atingir os diferentes públicos. Ex.: histórias em quadrinhos e contos por crianças e adolescentes.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Criação de jogos educativos com as temáticas do Museu. Ex.: Guerreiro da Tapera, inscrições rupestres, croquis, zoólitos, escavação arqueológica, entre outros.	Cronograma: a partir de 2027
Diretriz 6	Oferecer programação especial educativa para a primavera e semana de museus, além do período de férias escolares.	Cronograma: a partir de 2027
Diretriz 7	Promoção de mais atividades relacionadas às outras coleções do Museu, e não apenas arqueologia.	Cronograma: a partir de 2027
Diretriz 8	Elaboração de atividades que integrem estímulos táteis como componente de aprendizado.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 9	Desenvolvimento de pôsteres informativos sobre cada coleção para uso de professores.	Cronograma: a partir de 2027

Diretriz 10	Formação de parcerias para diversificação das atividades educativas. Ex.: universidades, outros museus e escolas.	Cronograma: a partir de 2027
Projeto 1	<p>Visitas abertas ao Museu</p> <p>Objetivo: ampliar o acesso ao Museu do Homem do Sambaqui por meio de visitas espontâneas, oferecendo ao público uma experiência enriquecedora de aprendizagem e contemplação do patrimônio histórico e cultural. Busca-se promover a valorização da memória coletiva, estimular a curiosidade e fomentar o interesse pela história.</p> <p>Objetivos específicos: (i) garantir o acesso facilitado e inclusivo ao Museu, por meio de horários flexíveis e adequações de acessibilidade que permitam a participação de públicos diversos; (ii) oferecer suporte informativo e orientações autoguiadas, promovendo a autonomia e o aproveitamento pedagógico das visitas espontâneas (iii) estimular o interesse pela história e pela cultura local, valorizando o acervo museológico como ferramenta de aprendizagem e reflexão crítica; (iv) consolidar o Museu como espaço de memória e troca de saberes, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e seu patrimônio histórico-cultural.</p>	Cronograma: a partir de 2025
Projeto 2	<p>Formação para o corpo docente do Colégio Catarinense</p> <p>Objetivo: oferecer ao corpo docente uma formação que possibilite o conhecimento aprofundado sobre o Museu da escola, ressaltando sua relevância histórica e cultural, bem como promovendo sua utilização como ferramenta pedagógica, visando enriquecer as práticas de ensino por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e da valorização do patrimônio histórico-cultural.</p> <p>Objetivos específicos: (i) proporcionar aos professores uma formação que os capacite a conhecer o Museu da escola, compreendendo sua importância histórica e cultural, e a utilizá-lo de forma pedagógica em suas práticas de sala de aula; (ii) promover o enriquecimento da aprendizagem por meio da contextualização e valorização do patrimônio histórico-cultural; (iii) gerar portfólio de atividades sugeridas pelos docentes (para compartilhamento).</p>	Cronograma: a partir de 2025

<p>Projeto 3</p>	<p>Uma noite no Museu – projeto de fidelização dos alunos do 9º ano</p> <p>Objetivo: criar uma noite única no ano, em que os alunos visitem o Museu e, por meio de uma temática predefinida, fazer com que usufruam de maneira diferente do espaço, promovendo, assim, a fidelização dos estudantes do 9º ano, fortalecendo o vínculo afetivo com a instituição e incentivando sua permanência no Ensino Médio do Colégio Catarinense.</p> <p>Objetivos específicos: (i) criar uma experiência marcante de memória afetiva por meio de um evento cultural noturno no Museu da escola; (ii) proporcionar o contato inicial dos alunos com professores e estruturas pedagógicas do Ensino Médio; (iii) estimular o interesse pelo patrimônio histórico-cultural e pelas possibilidades formativas oferecidas pelo Colégio; (iv) desenvolver competências socioemocionais e de integração por meio de atividades interativas e educativas.</p>	<p>Cronograma: a partir de 2027</p>
-------------------------	--	-------------------------------------

7.7 Programa de Pesquisa

É responsabilidade dos museus não apenas preservar e divulgar seus acervos, mas também produzir conhecimento por meio da pesquisa. Com base nesse princípio, o Decreto Federal nº 8.124/2013 estabelece que o Programa de Pesquisa abrange “o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros”.

A pesquisa amplia o potencial de comunicação entre o público e a instituição ou o bem cultural. Embora siga os mesmos critérios metodológicos e acadêmicos da pesquisa tradicional, a pesquisa museológica visa aproximar a sociedade do conhecimento, sendo seus resultados aplicados em exposições, ações educativas e outras iniciativas de mediação cultural.

As pesquisas voltadas para o acervo e as publicações sobre as descobertas exigem um tipo de acesso particular às coleções, e permitem que o museu cumpra a sua missão de educação e interpretação. Esse material oferece informação especializada às muitas partes interessadas e serve de base para exposições e programas educacionais. É muito importante que toda pesquisa em museu seja legal, ética, siga os padrões acadêmicos e corrobore a missão do museu (LADKIN, 2015. p. 23).

Pensando no espaço do Museu e em seus acervos, tanto documental quanto os objetos em si, vale ressaltar que as pesquisas feitas pelo Pe. Rohr são referências nacionais e internacionais, sendo, o acervo do Museu, reconhecido por pesquisadores de diversos campos e níveis de estudo. Dessa forma, é essencial que o Museu promova pesquisas e busque parcerias ou incentive pesquisadores para realizar trabalhos em suas temáticas.

7.7.1 Formação de linhas de pesquisa

A pesquisa no Museu deverá ter a missão de ampliar o conhecimento sobre o acervo, sendo seu principal a coleção Arqueológica, a qual deve ganhar destaque, pois é, também, a de maior relevância e fonte de interesse dos visitantes e demais usuários do espaço. As outras coleções devem ser trabalhadas pontualmente para uma maior compreensão dos objetos.

O acervo Documental deve servir como base para essas investigações, especialmente no que diz respeito à formação das coleções e aos detalhes dos objetos. É importante ressaltar que a documentação disponível é extensa e tem grande potencial para pesquisa. No entanto, parte significativa desse acervo esteve fora da instituição por mais de duas décadas, tendo sido transferida para o Instituto Anchieta de Pesquisas pelo Pe. Pedro Ignácio Schmitz, após o falecimento do Pe. Rohr, com o objetivo de preservação e pesquisa. Os documentos retornaram ao Museu no final de 2018 e estão, desde então, em processo de organização e digitalização.

Reunir e catalogar os trabalhos produzidos a partir dessa documentação é fundamental

para a criação de um banco de produções do Museu, o que poderá orientar novas linhas de pesquisa e enriquecer a compreensão das coleções. Também é necessário desenvolver metodologias voltadas à pesquisa de público, portanto, conhecer previamente o perfil e as necessidades dos visitantes permite integrar melhor os conteúdos expositivos à sua realidade.

No entanto, o Museu carece do desenvolvimento de pesquisa qualitativa, relevante para entender o perfil do público que o visita. Atualmente, o Museu realiza apenas levantamentos quantitativos: do público espontâneo, por meio do livro de visitas, e do público agendado, por meio de ofícios de visita que incluem dados como número de pessoas, nível de ensino e tipo de instituição. Falta, porém, uma abordagem qualitativa mais aprofundada, que permita entender o perfil e as motivações dos visitantes.

A equipe técnica deve buscar estratégias para aprimorar a pesquisa sobre seus públicos, o que contribuirá para o desenvolvimento de ações educativas, exposições mais atrativas e uma comunicação mais eficaz.

7.7.2 Pesquisas internas

As pesquisas realizadas pela equipe do museu devem estar relacionadas à missão e aos objetivos do museu e em conformidade com os padrões acadêmicos vigentes. As pesquisas feitas pelos funcionários devem ser feitas dentro do museu. A equipe não tem permissão de retirar do museu objetos do acervo, mesmo que temporariamente, para qualquer finalidade (LADKIN, 2015. p. 23).

Essas pesquisas devem ter como foco a ampliação do conhecimento sobre o acervo, a trajetória do Museu, seu fundador e sua história institucional. Também é relevante desenvolver estratégias para incentivar pesquisas junto à comunidade educativa do Colégio Catarinense. Além de fortalecer o vínculo da escola com o Museu, essa iniciativa pode motivar jovens pesquisadores a aprofundarem-se em temas inovadores relacionados às coleções e à história local.

7.7.3 Pesquisadores externos

Atualmente, a principal via de pesquisa no Museu ocorre por meio de produções externas, com atendimento a pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e do exterior, vinculados a projetos acadêmicos e científicos.

Os museus devem manter cópias das políticas de segurança, acesso e manuseio das coleções para uso dos acadêmicos e pesquisadores visitantes. Devem incentivar o uso interno de suas coleções e ao mesmo tempo garantir segurança, proteção e manuseio seguro dos objetos durante a pesquisa (LADKIN, 2015. p. 23).

Os pesquisadores externos, no momento, buscam informações sobre o acervo de diversas formas. As principais maneiras acontecem por contato direto com o acervo, presencialmente, em

visitas acompanhadas por técnicos da instituição, ou remotamente, por meio do envio de questionários e solicitações de informação – maneira especialmente útil para aqueles que não podem visitar o espaço fisicamente.

O Museu possui um protocolo a ser seguido que orienta suas ações. Quando a pesquisa é realizada no espaço museal, prevê o acompanhamento de integrante da equipe técnica do museu. De forma a garantir a segurança do acervo e da pessoa que o manuseia, o uso de equipamentos de proteção individual (EPIS), como máscara e luvas, é obrigatório, sendo os materiais disponibilizados pelo museu.

Um ponto de atenção importante refere-se à devolutiva dos resultados dessas pesquisas. É comum que os trabalhos não retornem ao museu, dificultando o registro e o acompanhamento das produções baseadas no acervo. Assim, é necessário estabelecer normativas que exijam a entrega de cópias dos trabalhos e o devido crédito à instituição, por meio de citações e referências bibliográficas.



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

7.7.4 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Revisão do protocolo de pesquisas.	Cronograma: 2025
Diretriz 2	Criação de linhas de pesquisa interna para os acervos.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 3	Divulgação de pesquisas realizadas no acervo por meio do <i>site</i> do Museu.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 4	Proposição de seminários de socialização de resultados de pesquisas realizadas no MHS para os públicos interno e externo.	Cronograma: a partir de 2026
Projeto	<p>Desenvolvimento de pesquisas de públicos</p> <p>Objetivo geral: compreender os diferentes públicos que frequentam o Museu.</p> <p>Objetivos específicos: (i) desenvolver metodologia para o estudo de públicos; (ii) executar a pesquisa de maneiras diversas em seus diferentes públicos; (iii) analisar e divulgar os dados coletados.</p>	Cronograma: a partir de 2026

7.8 Programa Arquitetônico-Urbanístico

O Programa Arquitetônico-Urbanístico tem como finalidade principal a identificação, adequação e conservação dos espaços físicos internos e externos do Museu do Homem do Sambaqui, bem como de seu entorno imediato. Visa à disposição de “instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários?”.

Conforme estabelece o Decreto nº 8.124/2013, o programa arquitetônico-urbanístico deve contemplar, de maneira integrada, aspectos fundamentais como a conservação dos espaços internos e externos do Museu, além de levar em conta os aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica.

Dessa forma, o programa arquitetônico-urbanístico configura-se como um instrumento estratégico no planejamento e na gestão museológica, promovendo a integração entre o espaço construído, as práticas museais e as demandas contemporâneas de acessibilidade, sustentabilidade e valorização do patrimônio cultural.

7.8.1 Da edificação e sua localização

O Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, *S/* está instalado no quarto pavimento do prédio Santo Inácio de Loyola, pertencente ao Colégio Catarinense, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 711, no Centro de Florianópolis/SC.

O edifício é tombado pelo Decreto Municipal nº 270/1986, estando sob a proteção de legislação específica de preservação patrimonial. Dessa forma, quaisquer intervenções, obras ou reformas estão sujeitas à avaliação e aprovação prévia por órgãos de tutela do patrimônio histórico, o que demanda um processo rigoroso de análise, consulta e autorização, assegurando a preservação de suas características originais.

Edifícios ou conjuntos arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos protegidos por meio de tombamento municipal, estadual ou federal estão protegidos por legislação específica e sujeitos à fiscalização dos órgãos de proteção, o que implica a adoção de cuidados especiais para toda e qualquer intervenção que neles se pretenda realizar.

A condição de bem tombado exige o tratamento do imóvel como uma obra de arte – seja ele de qualquer categoria, estilo ou época – impondo diretrizes centrais para qualquer serviço a ser nele realizado. Devem-se, sempre, observar os princípios de:

- preservação máxima dos elementos e materiais originais;
- intervenção mínima e reversível;
- compatibilidade com a linguagem arquitetônica original.

²BRASIL, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Presidência da República: Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm

Essas diretrizes seguem os princípios estabelecidos por cartas patrimoniais internacionais, como a Carta de Veneza (1964), além da legislação nacional pertinente.

O entorno do Museu é predominantemente misto, composto por áreas residenciais e comerciais, com significativa movimentação urbana. A edificação encontra-se próxima à Avenida Beira-mar Norte, em uma das regiões centrais mais valorizadas da cidade. O fluxo de veículos na área é intenso durante os dias úteis, principalmente em função da atividade escolar e comercial, apresentando redução considerável nos finais de semana.

Como parte do complexo do Colégio Catarinense, a edificação apresenta alto índice de circulação de pessoas ao longo do ano, intensificando-se entre os meses de fevereiro a dezembro, em virtude do calendário letivo. Essa movimentação influencia diretamente a logística de visitação ao Museu, exigindo controle de acesso e medidas de segurança institucionalizadas.

7.8.2 Histórico e características construtivas do prédio

O edifício teve sua construção iniciada em 1924, com uma ampliação significativa em 1950. Em 1989, novas intervenções resultaram na adição de espaços para instalação de auditório, teatro, biblioteca, salas de aula e sanitários. Posteriormente, foram realizadas modernizações e adequações técnicas voltadas para a segurança, acessibilidade e atualização da edificação. Tais intervenções culminaram na emissão do Habite-se nº 615, por meio do Processo nº 175.058/2024, datado de 20 de dezembro de 2024.

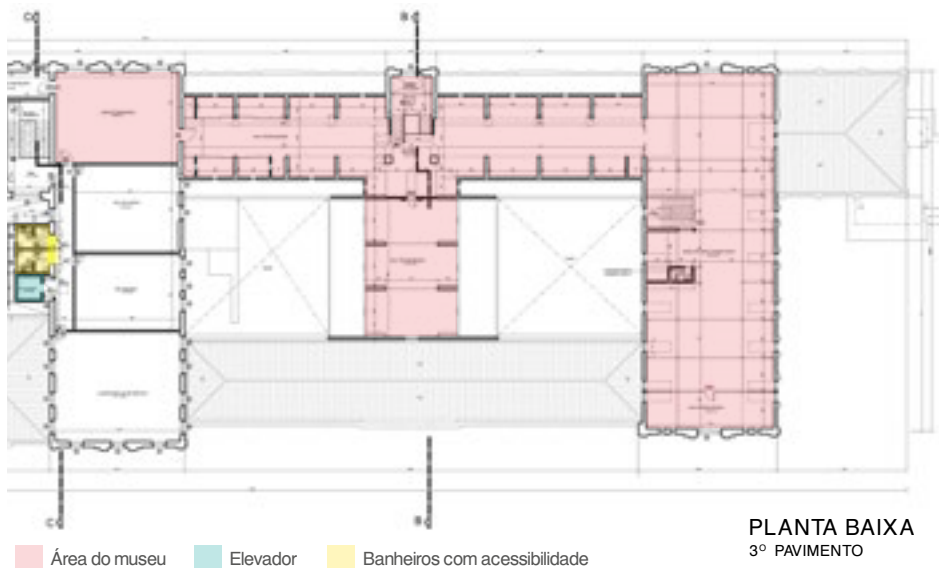
A edificação foi construída predominantemente com alvenaria de tijolos maciços, com partes estruturais em concreto armado convencional, apresentando acabamento em reboco com pintura. A cobertura é composta por telhas cerâmicas, sustentadas por estrutura de tesouras em madeira. Os pisos variam entre assoalhos de madeira, tacos e revestimentos cerâmicos. As esquadrias são mistas, compostas por elementos em madeira e metal.

7.8.3 Uso original e atual

O Museu ocupa uma ala do edifício correspondente à fase construtiva original, datada de 1924. O prédio foi concebido para uso educacional, integrando os espaços do então internato do Colégio Catarinense. O atual quarto pavimento – onde está localizado o Museu – era anteriormente utilizado, ao menos parcialmente, como dormitório para alunos internos. A configuração arquitetônica da construção reflete o estilo clássico das edificações vinculadas a ordens religiosas da época, com paredes espessas, pé-direito elevado (na parte de Laboratório e Reserva Técnica 1) e elementos construtivos típicos do início do século XX.



Fonte: Geoportal da Prefeitura de Florianópolis



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

7.8.4 Acessibilidade e acesso ao Museu

O acesso ao Museu é realizado pela entrada principal do Colégio Catarinense, mediante identificação na portaria e posterior cadastro do visitante na Recepção da instituição, condicionado à apresentação de documento oficial com foto – conforme protocolo interno de segurança. Após esse procedimento, o visitante é acompanhado por um membro da equipe até o Museu, situado no quarto pavimento. O deslocamento pode ser realizado por escadas ou elevador, garantindo acessibilidade física.

7.8.5 Espaço físico do Museu

O Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S/está situado no quarto pavimento do prédio Santo Inácio de Loyola, assumindo uma configuração em formato de “L”, ocupando a área frontal e toda a extensão lateral até a torre central da edificação.

7.8.6 Características arquitetônicas e construtivas dos espaços do Museu

A área expositiva principal, o depósito e a Reserva Técnica 2 apresentam piso e forro de madeira, conforme as características originais da construção. As tesouras de madeira da cobertura permanecem aparentes na área expositiva, evidenciando a inclinação do telhado e interferindo parcialmente na utilização plena do pé-direito lateral.

A construção é composta predominantemente por alvenaria de tijolos maciços, com cobertura em telha cerâmica sobre estrutura de madeira. No Laboratório e nas reservas técnicas 1 e 3, o sistema construtivo baseia-se em alvenaria, com cobertura e piso em laje de concreto.

A ventilação do espaço é predominantemente natural e assistida por meios mecânicos simples, com apoio de janelas dotadas de tampões internos e películas protetoras, que atuam como barreiras contra a radiação solar direta. As janelas também contribuem de forma significativa para a iluminação natural dos ambientes.

7.8.7 Setorização interna do Museu

A organização funcional do Museu está dividida em ambientes distintos, conforme segue:

- **Sala de exposição:** subdividida em dois segmentos, abriga as exposições de longa duração; a primeira parte é dedicada à principal mostra, de Arqueologia, enquanto a segunda contempla acervos oriundos do antigo Museu Escolar e de outras coleções diversas da instituição;
- **Depósito:** utilizado para o armazenamento de materiais de apoio, como mobiliário excedente, embalagens e insumos; também funciona como sala de quarentena para materiais recém-incorporados, devido ao seu relativo isolamento físico;

- **Laboratório:** espaço de trabalho técnico e administrativo, onde são manuseados acervos e realizados atendimentos a pesquisadores; nele, também se encontram os acervos Bibliográfico e Arquivístico do Museu.

- **Reserva Técnica I:** integrada ao Laboratório, essa área abriga parte da coleção Arqueológica, com destaque para a coleção Berenhauser e os sítios escavados pelo Pe. Rohr;

- **Reserva Técnica II:** com acesso pela sala de exposição, essa reserva comporta acervos da coleção Arqueológica Pe. Rohr, incluindo material ósseo humano e grandes vasilhames cerâmicos, além de outros itens das coleções do Museu;

- **Reserva Técnica III:** localizada no piso térreo do edifício, abriga o acervo lítico de grande porte da coleção Arqueológica, cuja massa e volume inviabilizam seu armazenamento nos pavimentos superiores.

7.8.8 Climatização e controle ambiental

A única sala climatizada mecanicamente é o Laboratório, devido à complexidade técnica e estrutural para instalação de sistemas de ar-condicionado nas demais áreas do Museu, dadas as restrições impostas pela condição de bem tombado. Como solução complementar, as janelas estão equipadas com películas *blackout* na cor preta, que auxiliam na regulação térmica dos espaços.

O monitoramento da temperatura e umidade relativa do ar foi iniciado em setembro de 2024, por meio de equipamento portátil. Os registros demonstraram variações sazonais, com os seguintes extremos observados:

- umidade relativa do ar: entre 38% e 80%;
- temperatura ambiente: entre 19,5 °C e 29,5 °C;

No entanto, a média registrada manteve-se, na maior parte do tempo, entre 50% e 60% de umidade relativa e 22 °C a 24 °C de temperatura, dentro de parâmetros razoáveis para conservação museológica, embora ainda sem controle automatizado.

7.8.9 Manutenção dos espaços e da edificação

Por tratar-se de um edifício de valor histórico, a manutenção da estrutura e de suas instalações é realizada de forma sistemática e contínua. Inspeções regulares são conduzidas com o objetivo de preservar a integridade física do prédio e garantir condições adequadas para a conservação das coleções.

A cobertura do edifício merece atenção especial, pois garante a proteção do Museu e de seus acervos. Por estar no último pavimento, a prevenção é essencial: vistorias regulares asseguram que telhado, para-raios e calhas estejam sempre em boas condições, mesmo diante de ventos fortes e chuvas. Quando ajustes se fazem necessários, o setor de Manutenção é acionado

de imediato, garantindo respostas rápidas e eficazes.

Esse cuidado é compartilhado por toda a equipe: os profissionais que atuam no Museu contribuem observando detalhes do ambiente e ajudando a identificar precocemente possíveis necessidades. A manutenção preventiva também inclui rotinas de higienização semanais, realizadas pela equipe de Serviços Gerais do Colégio. Com a devida capacitação, esses profissionais virão a conhecer as particularidades do espaço, assegurando que a limpeza seja feita com atenção às exigências do acervo e da edificação. Assim, o trabalho coletivo fortalece a preservação e valoriza o patrimônio cultural que o Museu abriga.

7.8.10 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Pintura do espaço e revisão do forro.	Cronograma: já acontece anualmente, em pontos de necessidade (periódica)
Diretriz 2	Criação de planta com localização dos armários e vitrines nas salas.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 3	Estudar a possibilidade da criação de rota divisória da entrada pelo elevador e pelo Laboratório.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 4	Elaboração de proposta de melhor ocupação dos espaços.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Desenvolvimento de questionário para os usuários do espaço para avaliação do local.	Cronograma: a partir de 2026
Projeto 1	<p>Treinamento da equipe de Serviços Gerais.</p> <p>Objetivo: realizar treinamento de capacitação da equipe de Serviços Gerais para atuação no Museu.</p> <p>Objetivos específicos: (i) promover o conhecimento do espaço e sua importância na equipe; (ii) desenvolver uma rotina de trabalhos para o espaço; (iii) compreender os materiais que podem ou não ser usados no espaço.</p>	Cronograma: a partir de 2026

7.9 Programa de Acessibilidade Universal

O Programa de Acessibilidade Universal, previsto inicialmente como diretriz transversal nos programas do Plano Museológico, conforme o Decreto Federal nº 8.124/2013, foi oficialmente incorporado como obrigação legal com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). A legislação estabelece diretrizes para garantir o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o acesso igualitário aos bens culturais.

De acordo com a ABNT NBR 9050:2020, acessibilidade é a:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 2).

A acessibilidade, portanto, deve ser entendida não apenas como uma adequação física ou estrutural, mas como um conceito ampliado, transversal a todos os programas museológicos, que abrange as dimensões física, comunicacional, atitudinal, metodológica e instrumental. Como destacam Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p. 07), ao lado da “poética da acessibilidade”, que busca garantir experiências significativas e sensoriais a todos, há uma “dimensão política” fundamental, associada ao direito à cidadania cultural e ao reconhecimento da diversidade dos modos de ser e estar no mundo.

A implementação plena do programa de acessibilidade universal no Museu do Colégio Catarinense exige a articulação entre as dimensões estruturais, operacionais e formativas. Trata-se de um processo contínuo, que envolve:

- superação de desafios históricos relacionados ao patrimônio edificado;
- ampliação dos recursos comunicacionais acessíveis;
- qualificação das equipes;
- engajamento da comunidade escolar na promoção de uma cultura de inclusão.

7.9.1 Contexto institucional e estrutural

O Museu está instalado em uma edificação histórica, tombada pelo Decreto Municipal nº 270/1986, datada de 1924. Isso impõe restrições significativas à realização de obras de adaptação, que dependem de autorização prévia dos órgãos de preservação do patrimônio, como a SEPHAM (Secretaria do Patrimônio Histórico de Florianópolis) e a Prefeitura Municipal. Apesar dessas



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

limitações, o Colégio Catarinense – responsável pelo espaço museológico – tem adotado medidas estruturais progressivas, voltadas à acessibilidade física e à inclusão. Entre as principais ações, destacam-se:

- instalação de elevador (ano 2000), localizado em torre externa, viabilizando o acesso ao 4º pavimento, onde está o Museu;
- construção de banheiros acessíveis (ano 2020);
- adequação dos acessos externos, com calçadas, rampas e sinalização podotátil;
- acompanhamento obrigatório de visitantes por membros da equipe, conforme protocolo interno de segurança.

Essas medidas são orientadas por princípios de mobilidade universal, buscando garantir o deslocamento autônomo e confortável de todos os visitantes, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes, crianças e pessoas com deficiência física.

Acessibilidade física e comunicacional

Apesar dos avanços estruturais, o espaço museológico ainda apresenta desafios importantes em termos de acessibilidade física plena. O circuito expositivo não conta com piso podotátil interno, tampouco há recursos táteis ou audioguias que facilitem a experiência de pessoas com deficiência visual. Além disso, parte do mobiliário expositivo possui vitrines em alturas inadequadas para crianças e cadeirantes, o que compromete a universalidade da fruição do conteúdo.

No campo da acessibilidade comunicacional, embora a equipe de monitoria adapte, quando necessário, seus discursos para atender a públicos diversos, ainda não há uso sistemático de múltiplas linguagens nos suportes expositivos, como Libras, audiodescrição, legendas acessíveis ou textos em linguagem simples. A ausência desses recursos limita a participação de grupos com deficiência auditiva, visual ou neurodivergências e evidencia a necessidade de investimentos em um design universal da comunicação.

7.9.2 Acessibilidade atitudinal: inclusão como prática institucional

A acessibilidade atitudinal constitui um dos pilares centrais para a consolidação de espaços culturais verdadeiramente inclusivos. Diferentemente das acessibilidades física e comunicacional, que lidam com estruturas e tecnologias, a acessibilidade atitudinal refere-se a práticas, comportamentos, valores e disposições éticas adotadas por indivíduos e instituições, com o objetivo de eliminar barreiras simbólicas e sociais que, historicamente, marginalizam determinados públicos.

Essa dimensão da acessibilidade está intimamente associada à valorização da diversidade humana e à promoção de relações de respeito, escuta ativa e acolhimento a todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas, sociais, étnico-raciais ou culturais.

Nesse contexto, a formação continuada das equipes – técnicas, administrativas e pedagógicas – é um componente estratégico e inegociável para a consolidação de um ambiente institucional acessível. A adoção de uma abordagem humanizada no atendimento, desde o primeiro ponto de contato com o público, é essencial para evitar constrangimentos, reforçar vínculos e assegurar o direito à participação cultural plena.

É igualmente relevante que a gestão museológica incorpore políticas de capacitação em direitos humanos, inclusão e acessibilidade, promovendo uma cultura institucional que reconheça e celebre a pluralidade dos sujeitos e suas formas de experimentar o espaço museal. Isso inclui, por exemplo, práticas de escuta qualificada, linguagem respeitosa, mediação sensível e acolhimento das especificidades de cada visitante.

No caso do Museu como setor do Colégio Catarinense, cuja instituição mantenedora é ligada à tradição educativa da Companhia de Jesus, há um compromisso ético e institucional com a promoção da dignidade humana, da justiça socioambiental e da inclusão. Esses valores, presentes nos princípios da Pedagogia Inaciana, reforçam a importância de que todos os frequentadores – alunos, visitantes, famílias, pesquisadores e comunidades locais – sejam tratados com empatia, respeito e atenção integral.

Assim, a acessibilidade atitudinal não é apenas uma diretriz operacional, mas uma expressão concreta dos valores institucionais e um elemento essencial para que o Museu cumpra sua função social como agente de democratização do acesso à cultura, à memória e ao conhecimento.

7.9.3 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Promover o treinamento das equipes para atendimento aos diferentes públicos.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 2	Criação de legendas em braille para a exposição e audioguia.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 3	Criação de objetos que possibilitem o toque na exposição.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 4	Incluir alternativas para o público surdo (ex.: <i>QR Code</i> com vídeo explicativo com legenda ou em Libras).	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Realizar ações de comunicação mais inclusivas (ex.: inclusão de hashtags como #paratodosverem).	Cronograma: a partir de 2026

7.10 Programa de Segurança

A segurança no ambiente museológico deve ser compreendida não como um conjunto de ações isoladas, mas como um sistema integrado de medidas preventivas e reativas que visam à proteção dos bens culturais, das instalações físicas, da integridade humana e da informação documental. Conforme estabelece o Decreto nº 8.124/2013, que regulamenta o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009), o Programa de Segurança deve abranger "os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência".

Dessa forma, o presente Programa de Segurança está estruturado sob um paradigma multidimensional, abarcando fatores físicos, tecnológicos, humanos e operacionais. Considera-se, ademais, a especificidade desta instituição museológica, inserida no contexto peculiar de um ambiente escolar, o que demanda protocolos mais rigorosos de controle de acesso e circulação.

Como afirma Jirásek (2015, p. 148), "a segurança de um museu só pode ser garantida por uma política claramente definida e sua devida aplicação", sendo, a eficácia de um sistema de segurança, proporcional ao grau de comprometimento e à capacitação de sua equipe.

7.10.1 Análise de riscos e vulnerabilidades

A gestão de riscos constitui-se como eixo estruturante de uma política de segurança efetiva. A análise contínua de ameaças permite uma atuação preditiva, reduzindo a exposição do Museu a danos físicos, simbólicos ou institucionais.

Segundo Jirásek (2015, p. 150), "os princípios básicos para a formação de um sistema de segurança eficiente dependem de uma análise de riscos contínua, sua avaliação e a incorporação de suas conclusões na forma de medidas concretas na operação diária do museu". Os principais vetores de risco identificados para esta instituição são:

- ações humanas intencionais: furto, roubo, vandalismo;
- incidentes operacionais e desastres naturais: incêndios, alagamentos, infiltrações;
- fatores ambientais e climáticos: temperatura e umidade inadequadas, radiação UV/IV;
- agentes biológicos: pragas, fungos, micro-organismos;
- risco informacional: dissociação, extravio ou perda de dados vinculados ao acervo.

A partir dessa análise, torna-se necessário o desenvolvimento de uma Matriz de Riscos, com base nas diretrizes metodológicas do IBRAM, a qual subsidiará o Plano de Gestão de Riscos Museológicos, documento operacional que orientará a adoção de estratégias mitigatórias.

7.10.2 Segurança física e monitoramento eletrônico

A proteção perimetral e interna do espaço museológico exige soluções tecnológicas eficazes e adaptadas à realidade institucional. Atualmente, o Museu conta com monitoramento externo, realizado pela equipe de Segurança da escola, operando câmeras de segurança nos corredores e acessos principais, com registro digital e vigilância presencial 24 horas.

Internamente, porém, observa-se uma lacuna relevante: a ausência de câmeras na área expositiva, espaço de maior fluxo e menor visibilidade direta. Está em andamento a instalação de um sistema de videomonitoramento interno, priorizando essa área e outros pontos críticos, como acessos secundários e depósitos.

Adicionalmente, será implementado um sistema de alarme contra intrusão, com sensores de movimento e barreiras físicas, conforme recomendações do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais – ICCROM (2017), que ressalta que a segurança museológica deve incluir tanto a dissuasão quanto a resposta rápida e eficaz a qualquer violação.

7.10.3 Controle de acesso e circulação

A especificidade do Museu, inserido em uma unidade escolar, impõe um protocolo rigoroso de acesso, estabelecendo uma linha de defesa desde a portaria até a entrada no espaço expositivo:

- entrada exclusiva pela portaria principal, mediante apresentação de documento de identidade e cadastro obrigatório;
- sistema de catracas eletrônicas, operadas por cartão magnético ou reconhecimento facial;
- acompanhamento integral de visitantes, realizado por membros da equipe do Museu, desde o acesso até a saída;
- controle rígido das áreas restritas, com portas trancadas e chaves armazenadas em claviculário de acesso restrito.

Essa sistemática visa não apenas à proteção patrimonial, mas ao cumprimento das normas de segurança de menores de idade, conforme exigido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.10.4 Sistema de prevenção e combate a incêndios

A prevenção e a resposta a incêndios são componentes essenciais da segurança institucional. O Museu dispõe dos seguintes dispositivos:

- detectores de fumaça e alarmes de incêndio na maioria dos ambientes;
- extintores portáteis tipo ABC e hidrantes, com vistorias regulares;
- certificação anual emitida pelo Corpo de Bombeiros.

Contudo, dois espaços – o Laboratório e a Reserva Técnica 1 (sala 407) – ainda carecem de detecção automática de fumaça, sendo recomendada sua inclusão na próxima fase de adequações.

Em consonância à ABNT NBR 14276/2006, está prevista, para 2026, a constituição de uma brigada de incêndio, envolvendo profissionais do Museu e da escola, com treinamento específico em combate ao fogo, evacuação assistida e primeiros socorros.

7.10.5 Sinalização e rotas de fuga

Todas as rotas de evacuação e saídas de emergência encontram-se devidamente sinalizadas, conforme determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9077 e NBR 13434. Considerando a heterogeneidade dos públicos atendidos – inclusive pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida –, torna-se imprescindível que os colaboradores estejam capacitados para a condução de evacuação assistida, garantindo acessibilidade e segurança durante emergências.

7.10.6 Segurança biológica e controle de pragas

A segurança biológica envolve tanto a preservação material do acervo quanto a salubridade dos ambientes de trabalho e visitação. Atualmente, são adotadas as seguintes medidas:

- dedetização semestral dos ambientes;
- inspeções rotineiras pela equipe técnica;
- protocolos específicos de conservação preventiva, integrando ações de monitoramento e controle ambiental.

Essas medidas estão alinhadas às recomendações do ICCROM, que afirma que a conservação preventiva deve começar pelo controle dos agentes de deterioração, inclusive os biológicos.

7.10.7 Considerações

A segurança em museus deve ser entendida como uma cultura organizacional, e não apenas como um conjunto de técnicas. É uma atitude coletiva, portanto exige planejamento, cooperação entre setores, capacitação permanente e comprometimento ético com o patrimônio cultural.

Como salientam Jirásek (2015) e o IBRAM (2021), a eficácia do sistema de segurança depende diretamente da formação e do engajamento dos profissionais envolvidos. A integração entre tecnologia, procedimentos e recursos humanos será, portanto, a chave para consolidar um sistema de segurança sólido, responsivo e sustentável.

A segurança museológica é uma responsabilidade compartilhada por toda a equipe institucional. A ausência atual de sistemas eletrônicos de segurança no interior do Museu representa um desafio, que está sendo enfrentado com planejamento, investimento em tecnologia e formação de pessoal.

Com o fortalecimento da cultura institucional de prevenção e o comprometimento com a segurança integral do patrimônio e das pessoas, o Museu reafirma seu papel como guardião da memória coletiva e espaço de educação segura e acessível.

7.10.8 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Criação de um plano de gerenciamento de riscos, específico para as coleções.	Cronograma: 2026
Diretriz 2	Desenvolver um documento com as recomendações técnicas relacionadas ao acervo.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 3	Criação de planos para emergências.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 4	Brigada de incêndio.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 5	Criar plano de monitoramento das condições das coleções.	Cronograma: a partir de 2026

7.11 Programa de Financiamento e Fomento

O Programa de Financiamento e Fomento consiste no “planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos”, conforme definido pelo art. 23 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

É de responsabilidade do corpo diretor assegurar que haja fundos suficientes para executar e desenvolver as atividades do museu. Esses fundos podem provir do setor público, de fontes privadas ou serem gerados pelas próprias atividades do museu. Deve haver uma política escrita de práticas aceitáveis para todas as fontes de financiamento, e todos os fundos devem ser contabilizados de forma profissional (LEWIS, 2015, p.06).

7.11.1 Estrutura orçamentária atual e mantenedora

O Museu é mantido pelo Colégio Catarinense, consistindo em um dos seus setores. O Colégio responde pela alocação dos recursos destinados às despesas operacionais básicas do Museu, aí incluídas aquelas que abrangem salários e encargos sociais do corpo funcional, aquisição de materiais de expediente, conservação e manutenção do mobiliário, consumo de energia elétrica e água, bem como os custos relacionados à manutenção predial. Tais despesas estão inseridas no orçamento consolidado da edificação do Colégio.

O Museu, enquanto setor do Colégio Catarinense, dispõe de um programa específico para aplicação e monitoramento dos recursos financeiros, operando com um orçamento anual planejado por sua equipe e aprovado pela Direção-geral.

7.11.2 Estruturação de programas de captação

Em face do contexto contemporâneo, caracterizado pela escassez crescente de recursos públicos e pela elevação dos custos operacionais, revelam-se imprescindíveis iniciativas voltadas à captação de recursos. Conforme apresentado por Edson (2015, p. 117):

Hoje em dia, parece que a maioria dos museus está enfrentando desafios financeiros, particularmente reduções nos subsídios governamentais e contínuos aumentos nos custos operacionais. Essa situação pode mudar, aumentar ou diminuir, dependendo do museu e do país, governo ou organização (Edson, 2015, p. 117).

O cenário atual reforça ainda mais a importância de promover o desenvolvimento de estratégias para captação de recursos nos mais diversos meios, como exemplo, captação por meio de empresas e pessoas físicas ou a partir de leis de incentivo fiscal ou verba direta, bem como por meio de inscrição de projetos em editais públicos e privados.

O desenvolvimento e a implementação de estratégias diversificadas para captação de

recursos devem considerar múltiplos canais, entre os quais se destacam:

- **parcerias com empresas e pessoas físicas:** estabelecimento de convênios, patrocínios e doações com agentes privados, que podem contribuir financeiramente ou por meio de serviços e materiais, mediante a formalização de projetos de apoio e incentivo;
- **incentivos fiscais:** aproveitamento as legislações vigentes que permitem a dedução de impostos mediante investimento em projetos culturais, como as leis de incentivo à cultura, que possibilitam a captação de recursos diretos ou por meio de renúncia fiscal;
- **editais públicos e privados:** submissão sistemática de projetos a chamadas públicas e privadas voltadas para o fomento cultural, nacionais e internacionais, que oferecem financiamentos para iniciativas que estejam alinhadas às diretrizes do Museu.

Entre esses mecanismos, destacam-se os editais e programas relacionados à preservação do patrimônio cultural, nos quais o Museu já obteve êxito em captação de recursos para projetos anteriores, demonstrando capacidade técnica e institucional para participação eficaz nessas modalidades.

Outra vertente estratégica a ser desenvolvida envolve a sistematização da captação de doações financeiras, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas. Por meio da elaboração de projetos específicos para apoio, o Museu pode mobilizar recursos direcionados para a execução de serviços especializados e aquisição de materiais, fomentando uma cultura de apoio e responsabilidade social entre a comunidade e o setor empresarial.

7.11.3 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Definição de um orçamento específico e detalhado para o Museu.	Cronograma: já em execução – anual
Diretriz 2	Desenvolvimento de projetos elegíveis para captação de recursos via mecanismos de incentivos fiscais.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 3	Monitoramento e inscrição contínua em editais nacionais e internacionais, priorizando aqueles destinados à preservação do patrimônio cultural, inovação museológica e difusão cultural.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 4	Estabelecimento de parcerias institucionais, comerciais e comunitárias que potencializem recursos, conhecimentos técnicos e infraestrutura para o desenvolvimento dos projetos museológicos.	Cronograma: já em execução
Diretriz 5	Criação de campanhas e mecanismos formais para estímulo e gestão de doações, com transparência e prestação de contas claras, visando aumentar o engajamento social e o apoio financeiro externo.	Cronograma: a partir de 2028

7.12 Programa Socioambiental

De acordo com o Decreto Federal nº 8.124/2013, em seu art. 23, o Programa Socioambiental compreende “um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e as áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental”.

No contexto do Museu do Homem do Sambaqui, como um setor do Colégio Catarinense, a implementação do Programa Socioambiental é concebida como um eixo transversal que orienta as práticas pedagógicas e administrativas da mantenedora, que procura agir em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A articulação dessas diretrizes globais com as ações locais evidencia o esforço da instituição em integrar sustentabilidade à sua missão educativa, promovendo uma cultura institucional de responsabilidade socioambiental.

Cabe destacar que, para além do cumprimento normativo, é imprescindível que a instituição desenvolva estratégias metodológicas eficazes para mobilizar seus diferentes públicos – internos e externos – em torno das temáticas socioambientais. Essa abordagem deve considerar os marcos referenciais do setor museológico, como o Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade (MCCS), elaborado pelo Programa Ibero-museus. Esse documento propõe uma estrutura conceitual que amplia a compreensão da sustentabilidade museal, ao abordar suas múltiplas dimensões (ambiental, social, econômica e cultural) no contexto ibero-americano.

Assim, a adoção de uma perspectiva sistêmica e intersetorial no planejamento e na execução do Programa Socioambiental é fundamental para consolidar práticas sustentáveis, garantir a perenidade das ações e fortalecer o papel das instituições educativas e culturais como agentes transformadores no território em que atuam.

7.12.1 Projeto Lixo Zero

O Colégio Catarinense desenvolve, como ação estratégica de sua política de sustentabilidade, o projeto Lixo Zero, cujo objetivo central é a eliminação progressiva da destinação de resíduos sólidos ao aterro sanitário. Trata-se de uma iniciativa alinhada aos princípios da gestão integrada de resíduos, da educação ambiental e da economia circular, envolvendo toda a comunidade escolar: estudantes, educadores, colaboradores, famílias e organizações parceiras. A metodologia do projeto está estruturada em duas fases complementares:

- **mobilização e capacitação:** etapa inicial voltada à sensibilização e ao treinamento sistemático de todos os segmentos da comunidade educativa, com foco na mudança de comportamento e na internalização de práticas sustentáveis cotidianas. São promovidas ações educativas que tratam da gestão responsável dos resíduos, com ênfase na separação correta, na redução do consumo e

no reaproveitamento de materiais;

- **adequação da infraestrutura:** a segunda etapa compreende a reestruturação física do espaço escolar para viabilizar a correta segregação, acondicionamento e destinação dos resíduos. Foram instaladas composteiras para resíduos orgânicos e pontos de coleta seletiva com compartimentos identificados para diferentes tipos de recicláveis (papel, plástico, vidro e metal).

A instituição tem a preocupação de formar cidadãos conscientes, desse modo, promove aulas e projetos em parceria com os alunos e professores, para que aprendam a importância da separação de resíduos e da redução do consumo de produtos embalados, que geram uma grande quantidade de lixo. Além do Lixo Zero, a instituição também faz o recolhimento de óleo de cozinha, projeto este que, além de evitar a poluição do meio ambiente, ensina aos alunos a reutilização, transformando óleo em sabão.

Em termos operacionais, o Colégio mantém parceria com a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), responsável pelo recolhimento periódico do material reciclável. Em 2024, foram coletados, em média, 2.150 kg mensais de resíduos recicláveis, entre papel, metal, vidro e plástico, contribuindo significativamente para a redução do impacto ambiental da instituição.

O projeto Lixo Zero do Colégio Catarinense configura-se, assim, como uma ação estruturante que articula educação ambiental, responsabilidade institucional e compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente os de número 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 12 (Consumo e produção responsáveis) e 13 (Ação contra a mudança global do clima).

7.12.2 Parceria com a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR)

O Colégio Catarinense mantém uma parceria institucional com a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), com o objetivo de assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis gerados em suas dependências. Essa colaboração integra a política de sustentabilidade da instituição e contribui diretamente para a economia circular, promovendo tanto o reaproveitamento de materiais quanto a inclusão social de trabalhadores da cadeia de reciclagem.

A ACMR é uma entidade sem fins econômicos, com mais de 25 anos de atuação no setor de triagem e comercialização de resíduos recicláveis secos. Sua principal fonte de receita é oriunda da venda desses materiais, devidamente separados por instituições parceiras, a exemplo do Colégio Catarinense. Dessa forma, a Associação garante renda para seus cooperados, ao mesmo tempo em que contribui para a mitigação dos impactos ambientais causados pelo descarte inadequado de resíduos urbanos.

Todo o material segregado na instituição passa, inicialmente, por um processo de triagem,

e então é encaminhado à ACMR, onde são feitos o acondicionamento e a reinserção na cadeia produtiva como matéria-prima secundária. Essa prática gera benefícios ambientais significativos, como a redução da necessidade de extração de recursos naturais (ex.: madeira, minério e petróleo), a diminuição da emissão de gases de efeito estufa e a preservação da biodiversidade.

Sob a perspectiva socioambiental, essa parceria fortalece o compromisso do Colégio com os princípios da responsabilidade socioambiental corporativa, ao promover a valorização do trabalho dos catadores, historicamente marginalizados no sistema formal de gestão de resíduos. Além disso, cumpre os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), ao adotar a logística reversa e incentivar a corresponsabilidade dos geradores de resíduos.

Assim, o trabalho conjunto entre o Colégio Catarinense e a ACMR representa uma prática exemplar de integração entre educação ambiental, gestão de resíduos e desenvolvimento social, alinhada às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 12 (Consumo e produção responsáveis).

7.12.3 Economia de recursos e eficiência energética

Embora o Museu ainda não disponha de um estudo técnico aprofundado sobre a gestão de recursos, o Colégio Catarinense tem demonstrado um compromisso estratégico com o consumo consciente e a eficiência no uso de recursos naturais, como água e energia. A instituição tem investido na implementação de medidas que visam otimizar os processos operacionais e reduzir os impactos ambientais e econômicos associados ao consumo excessivo desses recursos.

Um exemplo significativo dessa iniciativa é a instalação de painéis solares fotovoltaicos, que busca estabelecer níveis mínimos de eficiência energética nas operações do Colégio. Essa medida tem como objetivo reduzir a dependência de fontes externas de energia, ao mesmo tempo em que minimiza os custos operacionais e a pegada de carbono da instituição. A energia gerada por essas placas solares contribui diretamente para a redução do consumo de energia elétrica proveniente de fontes não-renováveis, alinhando-se com os princípios da transição energética e da economia de baixo carbono.

Apesar de o Museu ser apenas um setor dentro de um complexo educacional com uma grande demanda por recursos, a instalação das placas solares tem um impacto positivo em toda a infraestrutura do Colégio. Essa ação não apenas contribui para a diminuição do consumo de energia elétrica, como também serve de modelo pedagógico, demonstrando na prática os benefícios das energias renováveis e a importância da adoção de soluções sustentáveis para a comunidade escolar.

Essa estratégia integra-se a um conjunto de ações de sustentabilidade da instituição, que visa à maximização dos recursos disponíveis e à minimização dos desperdícios, de modo a criar uma cultura de responsabilidade ambiental.

7.12.4 Diretrizes e projetos

Diretriz 1	Buscar meios para incorporar discussões voltadas à temática socioambiental no discurso do Museu.	Cronograma: a partir de 2026
Diretriz 2	Acompanhar o que está sendo realizado no Colégio em relação à temática.	Cronograma: a partir de 2025
Diretriz 3	Adoção de práticas sustentáveis nos trabalhos do Museu.	Cronograma: a partir de 2025

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste Plano Museológico para o Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, *SJ*, setor integrante do Colégio Catarinense, constitui um importante instrumento de planejamento e fortalecimento institucional. Mais do que um documento técnico, o plano expressa o compromisso do Museu com a preservação, pesquisa, documentação e comunicação da memória dos povos originários que habitaram o território catarinense, valorizando a cultura material sistematizada pela obra do padre jesuíta João Alfredo Rohr.

A partir do diagnóstico realizado, constatou-se que o Museu é um espaço atuante na cena cultural de Florianópolis, desempenhando papel relevante na formação dos alunos e no atendimento ao público escolar da região. Sua inserção em um ambiente educativo favorece o diálogo entre o Museu e o Colégio, o que fortalece a vocação pedagógica e social de ambos.

No entanto, também foram identificados desafios fundamentais para sua continuidade e aprimoramento. Entre elas, a necessidade de requalificar o espaço físico, modernizar as exposições, desenvolver ações de comunicação mais estratégicas e, com urgência, realizar o inventário do acervo arqueológico, medida essencial para a gestão, preservação e valorização do patrimônio sob sua guarda.

Os programas museológicos propostos neste Plano – como documentação, conservação, exposição, ação educativa e cultural, comunicação, pesquisa e gestão – foram concebidos como diretrizes práticas para enfrentar esses desafios e promover uma ação institucional mais integrada, participativa e alinhada aos princípios da museologia contemporânea.

Este Plano deve ser entendido como um documento orientador flexível e dinâmico, sujeito a revisões, de acordo com as transformações do Museu, da comunidade e das políticas culturais. Sua implementação exigirá o comprometimento de toda a equipe, o apoio da instituição mantenedora e o fortalecimento das redes de colaboração com parceiros externos.

Com este planejamento, o Museu do Homem do Sambaqui reafirma sua missão como um espaço de memória, educação e diálogo intercultural, comprometido com a preservação do patrimônio arqueológico e a promoção do conhecimento histórico e antropológico para as gerações atuais e futuras.



Fonte: Acervo do Colégio Catarinense

9. REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia Maria Siqueira. **Museus escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e à museologia**. 2016. 297 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy4_of_vania_maria_siqueira_alves.pdf. Acesso em 12 de junho de 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Moção da 9ª Reunião Brasileira de Antropologia em defesa do P. Rohr**. Recife, 1974. Arquivo da ABA.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 161. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NBR9050_20.pdf Acesso em 17 de fevereiro de 2025.

BOTTALLO, Marilúcia. **A Gestão Documental do Patrimônio Arqueológico e Etnográfico**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, vol. 6, 1996.

BOYLAN, Patrick (Ed.). **Como gerir um museu: manual prático**. Brodowski, SP; Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, SP; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, SP, 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf Acesso em 12 de junho de 2025.

BRASIL, **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Presidência da República: Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm Acesso em 13 de setembro de 2024.

BRASIL, **Lei nº 12.305, de 2 de agosto 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Presidência da República: Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm Acesso em 12 de dezembro de 2024.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República: Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art118 Acesso em 16 de outubro de 2024.

CHAGAS, Mário. **Museu, memória e cidadania: discursos e práticas do tempo presente**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2003.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museu**. Cadernos Museológicos Vol.2. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf acesso em 22 de outubro de 2024.

COLÉGIO CATARINENSE. **Relatórios do Colégio Catarinense: missão cultural ao Rio de Janeiro, 1929**. Arquivo Histórico do Colégio Catarinense.

COMERLATO, Fabiana. **O legado do Pe. João Alfredo Rohr S.J.:** reflexões sobre sua trajetória na arqueologia brasileira. Revista de Arqueologia Pública, n. 10, p. 9–24, dez. 2014.

CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. **O cotidiano e a prática arqueológica do Pe. João Alfredo Rohr em um conjunto de cartas com o antropólogo Luiz de Castro Faria**. Revista Mosaico, v. 5, n. 2, p. 144, 2012.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica: uma proposta de diretrizes para a análise e produção discursiva de exposições**. Museologia & Interdisciplinaridade, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2006/2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAUCK, Ana; HENKLEIN, Etienne. **Escola e museu: uma relação possível**. Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 11, n. 31, p. 42-49, 2022. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2164/1692>. Acesso em: 12 de junho de 2025.

HERREMAN, Yani. Mostras, exposições e exposições. In: BOYLAN, Patrick (Ed.). **Como gerir um museu**: manual prático. Brodowski, SP; Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, SP; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, SP, 2015. p. 74-85.

IBERMUSEUS; ICCROM. **Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico**. 2017 (versão em português) Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf Acesso em 05 de abril de 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. 132 p. ISBN 978-85-63078-59-9. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/caderno-da-politica-nacional-de-educacao-museal/view> Acesso em 12 de junho de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Política Nacional de Educação Museal**. Brasília: Ibram, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/educacao-museal/politica-nacional-de-educacao-museal>. Acesso em 13 de setembro 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**: Diretrizes gerais, objetivos, eixos e linhas de atuação. Instituto Brasileiro de Museus - Brasília, DF: Ibram, 2021, p.12. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/programa-de-gestao-de-riscos-ao-patrimonio-musealizado-brasileiro-2021>

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Definição de museu**. Disponível em: <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2> Acesso em 12 de junho de 2025.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Veneza**: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. 2ª Conferência Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, Veneza, 1964. Disponível em: <http://portal>.

iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf Acesso em: 20 de fevereiro 2025.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ofício nº 1599, de 9 de junho de 1972**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – MEC/IPHAN, 1972. Arquivo do Museu do Homem do Sambaqui.

Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/> Acesso em 12 de dezembro de 2024.

JIRÁSEK, Pavel. Segurança de museu e prontidão para desastres. In: BOYLAN, Patrick (Ed.). **Como gerir um museu**: manual prático. Brodowski, SP; Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, SP; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, SP, 2015.

LADKIN, Nicola. Gestão de acervo. In: BOYLAN, Patrick (Ed.). **Como gerir um museu**: manual prático. Brodowski, SP; Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, SP; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, SP, 2015. p. 14-24.

LEWIS, Geoffrey. O papel dos museus e o Código de Ética Profissional. In: BOYLAN, Patrick (Ed.). **Como gerir um museu**: manual prático. Brodowski, SP; Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, SP; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, SP, 2015. p. 01-13.

LOPES, Marta. **Educação em museus: discursos e práticas**. São Paulo: Edusp, 2005.

Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade (MCCS). Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/06/mccs-web-08-06-20.pdf> Acesso em 13 de dezembro de 2024.

MAUTE, Frederico. **Correspondência com P. Rohr sobre a origem do Museu do Colégio Catarinense**. Florianópolis, 31 maio 1964. Arquivo do Museu do Homem do Sambaqui (MHS).

MORK, Paal. Marketing. In: BOYLAN, Patrick (Ed.). **Como gerir um museu**: manual prático. Brodowski, SP; Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, SP; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, SP, 2015. p. 134-146.

ROHR, João Alfredo. **Annette Laming-Emperaire (1917-1974)**. Boletim do Instituto Anchietao de Pesquisas, n. 17, São Leopoldo, 1974.

ROHR, João Alfredo. **Annette Laming-Emperaire (1917-1977)**. Nheengatu, Rio de Janeiro, n. 3/4, p. 71-74, 1977.

ROHR, João Alfredo. **Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Florianópolis, 3 out. 1964. Arquivo do Museu do Homem do Sambaqui (MHS).

ROHR, João Alfredo. **Escavações arqueológicas em Itapiranga (SC)**. Pesquisas, v. 21, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1968.

ROHR, João Alfredo. **Relatórios de atividades arqueológicas para o IPHAN: 1966-1972**. Arquivo do Museu do Homem do Sambaqui (MHS).

ROHR, João Alfredo. **Sambaquis da Tapera**. Notícias do Colégio Catarinense, ano XX, n. 200, set. 1962.

SANTA CATARINA (Estado). Conselho Estadual de Cultura. **Aspectos da vida e da obra de João Alfredo Rohr, S.J.** Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1985.

SANTOS, Ana Letícia F. dos. Educação e acessibilidade cultural em museus: práticas inclusivas e desafios contemporâneos. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 30, n. 50, p. 245-264, 2017.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **João Alfredo Rohr: um jesuíta em tempos de transição**. Pesquisas: Antropologia, n. 67, p. 9-22. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 2009.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Os paleoíndios e o início do povoamento humano no Brasil. **Revista Brasileira de Arqueologia**, v. 3, 1987.

TOMÁZIA, Tânia. **Museu do Homem do Sambaqui “Pe. João Alfredo Rohr, S. J.”: uma coleção lítica revisitada**. In: _____. Patrimônio cultural arqueológico: diálogos, reflexões e práticas. Florianópolis: IPHAN/UFSC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Certificados de participação nos Seminários de Ensino e Pesquisa em Jazidas Cerâmicas (1964) e Sítios Pré-Cerâmicos (1966)**. Arquivo do Museu do Homem do Sambaqui (MHS).

VERARDI, Ivone. **Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: principais projetos**. Pesquisas: Série Antropologia, n. 40, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1985.



 **COLÉGIO
CATARINENSE**



Rede Jesuíta de Educação